

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

MARIANA PIMENTEL BAMPI

POLÍTICA E RESISTÊNCIA, SUBSTANTIVOS FEMININOS:
um olhar sobre o jornal feminista Correio da Mulher

PORTO ALEGRE
2018

MARIANA PIMENTEL BAMPI

POLÍTICA E RESISTÊNCIA, SUBSTANTIVOS FEMININOS:
um olhar sobre o jornal feminista Correio da Mulher

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharela em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aline do Amaral Garcia Strelow.

PORTO ALEGRE
2018

MARIANA PIMENTEL BAMPI

POLÍTICA E RESISTÊNCIA, SUBSTANTIVOS FEMININOS:
um olhar sobre o jornal feminista Correio da Mulher

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharela em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aline do Amaral Garcia Strelow.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Aline do Amaral Garcia Strelow - UFRGS
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Ilza Maria Tourinho Girardi – UFRGS
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca – UFRGS
Examinadora

*Quer dizer, o que é uma mulher?
Juro que não sei.
E duvido que vocês saibam.
Duvido que alguém possa saber, enquanto ela não se expressar em todas as artes e profissões abertas às
capacidades humanas.*

“Profissões para mulheres”, Virginia Woolf, 1931.

AGRADECIMENTOS

É engraçado pensar tanto tempo nos agradecimentos e ter as palavras fugindo logo agora, no final. É aqui que eu quero dizer como me emocionei durante todos os longos meses, desde março, em cima deste trabalho, mas, por mais que eu tente por no papel, é impossível jogar todas os sentimentos que eu senti aqui. Expressar gratidão a todos que me acompanharam é uma dessas tarefas que não cabe em uma folha de papel.

Mas, vamos lá: é com muito orgulho, admiração e carinho que eu agradeço à professora Aline por estar comigo desde o início incipiente da ideia de fazer uma monografia sobre a mulher na imprensa. Mais ainda: a senhora está comigo desde antes, no primeiro semestre, quando deu boas vindas aos calouros e nos mostrou as ideias benfazejas de De Certeau a Canevacci e inúmeros outros autores que eu, mais do ler, consegui aplicar na minha vida. Essa herança cultural que a senhora me passou e passa para todos os seus alunos não tem preço - e não há ninguém que tire de nós. Obrigada pela paciência, carisma e humor para fazer esse caminho mais leve e nossos encontros de terça-feira alegres.

Agradeço também ao Rafael, meu co-orientador. Obrigada por todas as vezes que tu me ajudou quando eu pedi, por revisar meus textos, por me indicar livros e por me responder coisas que, olhando agora, são bem mesquinhas, mas que o nervosismo da época não me deixou ver. Obrigada pelo tempo gasto comigo e por sempre estar à disposição, tornando a mediação mais fácil entre tantos teóricos da História da Imprensa.

À FABICO, meu mais sincero obrigada. Sem a convivência dentro das tuas paredes nada disso seria possível, nenhuma inspiração seria encontrada e esse trabalho não existiria. Obrigada por me receber uma jovem de 18 anos que mal sabia o que falava e ter tido paciência para me fazer enxergar além dos muros da Universidade.

À Janete Jobim, Bete Portugal e Wlacyra Lisboa: sem vocês, nada disso aconteceria. Vocês são as personalidades e as vozes por trás desse trabalho. Sem a ousadia e o espírito livre de jovens mulheres jornalistas resistentes à ditadura e à opressão das minorias, o Correio da Mulher não teria tido nem sequer seu primeiro número. Obrigada por terem se disposto a me contar essa história e eu espero ter suscitado boas lembranças ao fazê-las reviver esse momento.

Obrigada à minha família, principalmente minha mãe, que sempre me apoiou a entrar no jornalismo, aguentou meus estresses e chorou comigo quando passei no vestibular, em 2014.

Desculpa, mãe, se as palavras foram sucintas, mas as imagens da nossa história são muitas e imaginá-las é bem melhor do que escrevê-las.

E, finalmente, obrigada Matheus, por nunca sair do meu lado e sempre me apoiar nas decisões mais fáceis e difíceis. Obrigada por não duvidar de mim quando as coisas parecem não fazer sentido e por ter sido o meu capanga número um nessa aventura que foi essa monografia. Sei que tu vai pensar que não fez nada. Vai até dizer que tudo o que tu fez não foi nada demais. Mas eu te retruco: incorreto! A justificativa para essa reprimenda está onde tu me ensinou a procurar: nos detalhes.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a pesquisar o *Correio da Mulher*, único jornal alternativo feminista do Rio Grande do Sul, que circulou nas bancas em dezembro de 1980 e março de 1981. Não há trabalhos anteriores sobre o periódico. O *corpus* é constituído pela totalidade de textos (74) publicados no jornal, entre a edição 1 (29 textos) e 2 (45 textos). O estudo se baseia nos conceitos de imprensa alternativa (Kucinski) e cultura da mídia (Santaella e Kellner), além de se amparar nos estudos de jornalismo. Usando os entendimentos destes e de outros teóricos, buscamos situar relações entre o período histórico vivido pelo impresso - em plena época de reabertura política -, feminismo e como o jornal se posicionava diante da relação da mulher na sociedade a partir de seus textos, especificamente de suas reportagens, e o papel social do jornalismo em uma era de opressão às minorias e efervescência política. A abordagem metodológica cruzou a Análise de Conteúdo, de Bardin, e a história oral de Meihy. Os 74 textos foram analisados e categorizados conforme seus respectivos eixos. Em consonância, foram combinados os relatos de três jornalistas que atuaram no *Correio da Mulher*: Bete Portugal, Janete Jobim e Wlacyra Lisboa, entrevistadas individualmente. Identificamos a forte presença de temáticas como política e direitos das mulheres na forma, principalmente, de reportagens jornalísticas. A vida curta do jornal, de apenas duas edições, resulta de conflitos entre a direção e equipe da publicação, mas não constitui exceção entre os alternativos da época, marcados, em sua maioria, pela efemeridade.

Palavras-chave: História do Jornalismo; Imprensa Alternativa; Imprensa Alternativa Feminista; *Correio da Mulher*.

ABSTRACT

The present work has the purpose to research the *Correio da Mulher*, the only feminist alternative journal from Rio Grande do Sul, which circulated in the newsstand in December 1980 and March 1981. There are no previous works about the journal. The research *corpus* is constituted by the total of 74 texts published in the newspaper, between the first edition (29 texts) and the second (45 texts). The study is based on the concepts of alternative press (Kucinski), and media culture (Kellner and Santaella), as well as it holds on journalism theories. Using the knowledge of these and others theoreticians, we seek situating relations between the historical period lived by the journal - during the time of political reopening - feminism and how the journal used to be stationed before the situation of women in the society from its texts, specifically its stories, and the social role of journalism during an era of oppression and political awakening. The methodology we used was Bardin's Content Analyses and Meihy's oral history. The 74 texts were analysed and categorized according to their subjects. At the same time, the reports of three journalists that worked on *Correio da Mulher* were combined: Bete Portugal, Janete Jobim e Wlacyra Lisboa, interviewed individually. From the analyzed texts, we noticed a strong thematic repetition with subjects like politics and women's rights in the shape, mainly, of journalistic stories. The journal's short life, of only two editions, comes from conflicts between the direction and the journalists team, but it does not constitute an exception among the alternatives from that same era, marked, most of them, by its ephemerality.

Keywords: History of Journalism; Alternative Press; Feminist Alternative Press; *Correio da Mulher*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da primeira edição do <i>Correio da Mulber</i> , dezembro de 1980.....	40
Figura 2 – Capa da segunda edição do <i>Correio da Mulber</i> , março de 1981.....	40
Figura 3 – <i>Correio da Mulber</i> , dezembro de 1980.....	43
Figura 4 – <i>Correio da Mulber</i> , dezembro de 1980.....	46
Figura 5 – <i>Correio da Mulber</i> , dezembro de 1980.....	48
Figura 6 – <i>Correio da Mulber</i> , dezembro de 1980.....	49
Figura 7 – <i>Correio da Mulber</i> , março de 1981.....	51
Figura 8 – <i>Correio da Mulber</i> , dezembro de 1980.....	52
Figura 9 – <i>Correio da Mulber</i> , março de 1981.....	53
Figura 10 – <i>Correio da Mulber</i> , dezembro de 1980.....	58
Figura 11 – <i>Correio da Mulber</i> , março de 1981.....	59
Figura 12 – <i>Correio da Mulber</i> , março de 1981.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – 1.1 Gêneros jornalísticos.....	41
Gráfico 2 – 1.2 Temas.....	44
Gráfico 3 – 1.3 Fontes.....	53

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E AS COMUNICAÇÕES.....	17
2.1. O início da vergonha ou como foi dado o golpe.....	17
2.2. O que disse a grande mídia sobre o golpe de 1964?.....	18
2.3. O AI-5.....	20
2.4. A morte de Herzog: um marco.....	22
2.5. A democracia volta aos poucos.....	24
2.6. Rio Grande Do Sul, uma zona estratégica.....	26
3. JORNALISMO NOS TEMPOS DO CÓLERA: O GÊNERO ALTERNATIVO NO BRASIL.....	28
3.1. O cenário nacional.....	28
3.2. A imprensa alternativa nos pampas.....	31
3.3. Agora é que são elas: a imprensa feminista.....	33
4. <i>CORREIO DA MULHER</i>: UM OLHAR FEMININO SOBRE A POLÍTICA, A CULTURA E A SOCIEDADE.....	36
4.1. Pré-análise.....	38
4.2. Exploração do Material.....	39
4.2.1. <i>Gêneros jornalísticos</i>	41
4.2.2. <i>Temática</i>	44
4.2.3. <i>Fontes</i>	48
4.3. Análise qualitativa: resultados obtidos e possíveis interpretações.....	54
4.3.1. <i>A mulher em 1980: quais são os seus direitos</i>	56
4.3.2. <i>Política, substantivo feminino</i>	59
4.4. Considerações sobre a análise.....	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	69

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo*, 1967, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” Dessa forma, pode-se entender que o ser mulher é corresponder a um comportamento pré-determinado em consequência do meio, com códigos próprios, estabelecidos por meio de um pacto coletivo. Pacto esse que abrange desde a política até a economia, chegando, por fim, aos signos culturais. Entre esses signos pode-se incluir a mídia em todas as suas formas.

A mídia está inserida no âmbito da cultura e é impossível compreendê-la fora dessa lógica. Colocando nesses termos, num primeiro momento, elas podem parecer, mídia e cultura, corpos diferentes. Um reagindo à ação do outro. No entanto, como bem pontuou Lúcia Santaella (1996), que interpreta a cultura como uma produção de signos e de sentido, os fenômenos culturais funcionam culturalmente apenas pois são, ao mesmo tempo, fenômenos comunicativos. Da mesma forma, Douglas Kellner (2005) afirma que a cultura veiculada pela mídia fornece o material necessário para criar identidades pelas quais os indivíduos se inserem na sociedade:

Toda cultura, para se tornar um produto social, portanto ‘cultura’, serve de mediadora da comunicação e é por esta medida, sendo um produto comunicacional por natureza. No entanto, a ‘comunicação’, por sua vez, é mediada pela cultura, é um modo pelo qual a cultura é disseminada, realizada e efetivada. Não há comunicação sem cultura e não há cultura sem comunicação (KELLNER, 2005, p. 53).

O sexo e o gênero estão imersos no discurso. E foram inseridos no discurso para ser um instrumento de regulação das estruturas de poder - incluindo o poder simbólico exercido por meio da cultura e da mídia, principalmente. De acordo com Kellner (2005),

a cultura contemporânea da mídia cria formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder, ao mesmo tempo que fornece instrumental para a construção de identidades e fortalecimento, resistência e luta (KELLNER, 2005, p. 10).

Para o teórico, mais do que uma simples propagadora de discurso hegemônico, a mídia também é arena de batalhas políticas, onde disputam grupos sociais armados por ideologias rivais, buscando o domínio. E é dentro dessa lógica de conflito que a imprensa alternativa feminista, encontra, no Brasil - em plena ditadura militar - uma resistência, ao mesmo tempo que molda uma juventude de ares transgressores e prepara o terreno para a reabertura política.

O *Correio da Mulher*, periódico alternativo feminista que surgiu no Rio Grande do Sul, no ano de 1980, traz pautas que representam o clima da época: a transgressão, a rebeldia frente aos valores e à autoridade sufocantes de uma época opressora. O *Correio da Mulher* veio para ser respiro. Em suas páginas ribombavam os ecos da segunda onda do feminismo - mesmo que o jornal não se reconhecesse como tal, mas como “humanista”, de acordo com seu editorial, em dezembro de 1980. Ocupar a esfera pública, repensar os “valores femininos” e entender-se como um ser político são algumas das bandeiras levantadas nos textos do impresso.

Mas por que realizar uma pesquisa sobre um periódico feminista que teve seu auge durante a ditadura militar? Trata-se da primeira pesquisa mais aprofundada sobre esse periódico. Tudo o que há até agora são breves citações em artigos e teses, que apenas registram a sua existência. Além do mais, o *Correio da Mulher* foi um jornal feito por e para mulheres, fazendo-se um verdadeiro testemunho do comportamento e das ideias da mulher gaúcha que militou contra a ditadura militar. Como disse Rafael Gloria e Aline Strelow (2017):

Durante o período da ditadura militar (1964-1985), circularam no Brasil cerca de 300 jornais que se caracterizaram pela oposição direta ao regime instaurado e à violação aos direitos humanos. Muitos deles desempenharam papel fundamental na luta contra o arbítrio e têm sua importância reconhecida nas pesquisas sobre história do jornalismo brasileiro (GLORIA & STRELOW, 2017, p.1).

Por outro lado, dentro de uma perspectiva pessoal, como mulher, feminista e aspirante a pesquisadora sobre as questões de gênero e mídia, entender o que era a imprensa alternativa feminista gaúcha é fundamental. É a base para entender a sociedade em que vivo e o que me tornei. Como o feminismo veiculado no *Correio da Mulher* me afetou? Como a luta dessas mulheres venceu o tempo e chegou até mim? De que forma isso ocorreu? Como colocou Dulcília Buitoni (1986),

A imprensa feminina, embora pouco estudada nos cursos de Comunicação no Brasil, seja enquanto processo de produção, seja enquanto análise das publicações que a constituem, é um dos assuntos mais estimulantes para pesquisa, devido às articulações sociais, econômicas e culturais que estão implícitas na sua estruturação (BUIIONI, 1986, p. 5).

Muito mais do que gêneros previsíveis divididos em culinária, cuidados da casa em beleza, a imprensa feminina:

[...] o que ela representa no mundo atual, jamais resumindo-a a receitas culinárias e contos de amor. Suas funções não são transparentes, não visam apenas conselhos práticos ou lazer. No espelho da imprensa feminina as imagens e as verdades são muitas (BUIIONI, 1986, p.5).

Voltando aos termos acadêmicos, a pesquisa a ser desenvolvida pretende então analisar as reportagens, matérias e colunas que compuseram esses mecanismos de representação da mulher dentro das edições do jornal *Correio de Mulher*, catalogando e categorizando assuntos e temas, e entendendo como o jornal trabalhava o feminismo e a luta política. O objetivo principal do trabalho é desvendar o que foi esse impresso, a quem ele dava voz e o que dizia em suas páginas.

O problema que se apresenta no estudo do tema é o seguinte: como a mídia alternativa feminista fala da mulher em suas páginas? Quais são as temáticas abordadas? Com qual enfoque? Partindo desse ponto, tem-se como objetivo geral analisar a trajetória e o conteúdo do *Correio da Mulher*, no contexto de imprensa alternativa do Rio Grande do Sul, diante do período da ditadura civil-militar brasileira - e, assim, inserir esse jornal na história da imprensa nânica.

Como objetivos específicos, queremos estudar a representação da mídia alternativa feminista gaúcha durante a ditadura militar, de acordo com as particularidades e limitações do *Correio da Mulher*. Além disso, queremos compreender de que modo os códigos da imprensa reproduzem – ou desafiam - as questões estruturais de gênero e observar os aspectos temáticos do periódico.

O que aconteceu com aqueles veículos que não apoiaram a ditadura? Qual cenário era reservado para eles? É sabido que a censura instaurada pela ditadura foi o fim para inúmeros jornais e publicações que ecoavam pequenas e diversas vozes. No entanto, combater e zombar do regime militar foi a luz no fim do túnel para diversos escritores, jornalistas, desenhistas e intelectuais contrários ao governo. Durante esse tempo, periódicos como *Pif Paf* (1964), *O Pasquim* (1969), *Coojournal* (1974), *Lampião da Esquina* (1978), *Pato Macho* (1971) e *Brasil Mulher* (1975) deram espaço a grandes nomes da imprensa brasileira, que começaram suas trajetórias profissionais dentro de suas redações. Foi o início para Ziraldo, Joana Lopes, Aguinaldo Silva, Millôr Fernandes, Jaguar e Luis Fernando Verissimo.

O mesmo fizeram mulheres como Sônia Maria Barbosa Wildt, Rosana Bahlis Lemes e Miriam Gusmão, Wlacyra Lisboa, Janete Jobim, Bete Portugal e Márcia Turcato. Fundadoras, editoras, fotógrafas, redatoras e repórteres do *Correio da Mulher*, que, por meio de suas narrativas jornalísticas, contestaram a ditadura militar e pressionaram o regime em favor da redemocratização política. Suas vozes, apesar de não seguirem o deboche cativante d'*O Pasquim*, pendiam para um jornalismo crítico, com reportagens longas de temas polêmicos: questionando se a mulher realmente era igual ao homem perante a lei, destrinchando as raízes do machismo dentro de matérias psicológicas, debatendo a sexualização da mulher na publicidade e até entrevistando freiras sobre como era o seu cotidiano, com a chamada *Não somos santas*. Apesar de

o jornal ter iniciado sua trajetória no final da ditadura militar, quando iniciava a abertura política, o *Correio da Mulher* lutava contra a ditadura, como conseguimos perceber nos dois exemplares estudados, alinhando-se às publicações que circularam no período de redemocratização.

A oposição à ditadura civil-militar estava ali, embutida nas páginas do periódico, mas cedia lugar a outros temas, como a situação da mulher no mercado de trabalho, democracia doméstica, sexualidade e aborto. Ao contrário do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, pioneiros no que entendemos por imprensa feminista durante o regime militar (criados entre 1975 e 1976, respectivamente), onde podemos perceber um viés político muito mais nítido - o primeiro, em apoio aos militares nacionalistas e, o segundo, apresentando uma visão marxista, o *Correio da Mulher* não tinha uma ideologia esquerdista tão latente, fazendo-o se aproximar do *Mulherio*, também fundado na década de 1980, pelo grupo de estudos sobre gênero da Fundação Carlos Chagas, com uma temática que priorizava muito mais as temáticas de gênero, como afirma Viviane Freitas (2014). Ou seja: tanto o *Mulherio* como o *Correio da Mulher* não têm as matrizes marxistas dos outros jornais feministas e, dessa forma, a oposição que faziam ao regime não se dava de forma direta. Um dos objetivos das mídias alternativas voltadas às mulheres e produzidas por elas era buscar unir o público e o privado numa tentativa de tornar político o que era considerado como apenas um assunto de opinião pessoal, íntimo, subjetivo.

A metodologia utilizada para realizar esse trabalho inclui análise de conteúdo, de acordo com o que propões Laurence Bardin (1977) e história oral, como propõe José Carlos Meihy (1994). Sendo assim, este trabalho realiza análises quantitativas e qualitativas, levando em consideração os testemunhos e entrevistas de parte da redação do *Correio da Mulher*. Serão analisados e enumerados os assuntos, termos, referências e temáticas, contribuindo para um maior entendimento sobre o conteúdo analisado. Dessa forma, e ainda segundo a colocação de Bardin (1977), a presente monografia está organizada, em sua fase de metodologia e análise, em: pré-análise, exploração do material e inferência e interpretação. É importante enfatizar que três mulheres que compuseram a redação foram ouvidas: Elisabete Primo Portugal (ou Bete Portugal, como assinava suas matérias), Janete Jobim e Wlacyra Lisboa, todas jornalistas. A análise se deu por meio da catalogação de todos os textos das duas edições existentes do jornal *Correio da Mulher*. A primeira edição do jornal, de número um, correspondente a dezembro de 1980, e o número dois, de março de 1981. A consulta foi realizada no acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre.

A pesquisa está organizada em quatro capítulos principais, excetuando introdução, considerações finais e bibliografia. No primeiro capítulo, “Ditadura civil-militar e as

comunicações”, há uma breve contextualização sobre o que foi a ditadura civil-militar brasileira - como começou, quanto tempo durou, seu caráter ideológico, seus objetivos e consequências - e de que forma ela influenciou as comunicações brasileiras de uma maneira geral.

No segundo capítulo, serão tratados os aspectos da imprensa brasileira da década de 1980, especificamente o panorama da imprensa alternativa, vindo a ser dividido em subcapítulos para os espectros nacionais, estaduais e, particularmente, femininos/feministas; onde uma visão histórica será priorizada. Em seguida, teremos o capítulo da metodologia e análise que, como mencionado acima, fará uso da análise conteúdo proposta por Laurence Bardin. Aqui a categorização do *Correio da Mulher* e a codificação presente no periódico serão abordadas de maneira quantitativa e qualitativa. Dessa forma, como observa Bardin (1977), nos será permitido alcançar uma representação do conteúdo e perceber as características temáticas do jornal.

O *Correio da Mulher* surgiu já no rescaldo da imprensa alternativa brasileira, um movimento que reuniu periódicos de diversas vertentes. O primeiro deles, a revista *Pif Paf*, lançada por Millôr Fernandes em 1964, trouxe em uma de suas capas a pergunta: *Mas afinal, o que é a liberdade?* Durante vinte anos, a indagação de Millôr pesou sob a atmosfera da ditadura. Querendo respostas, jornalistas e ativistas políticos tornaram as palavras impressas suas aliadas mais mordazes contra o regime militar. O *Correio da Mulher* e as mulheres que o compuseram também participaram dessa luta e estenderam suas críticas à dominação patriarcal da mulher, não mais um assunto para permanecer no segundo plano da luta política.

2. DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E AS COMUNICAÇÕES

2.1. O início da vergonha ou como foi dado o golpe

Após a polêmica renúncia de Jânio Quadros¹, a Campanha da Legalidade² e a breve posse de João Goulart como presidente da República, instaure-se a Ditadura Civil-Militar, mais um dos golpes de extrema-direita executados no Cone Sul.

O golpe militar se instaurou no Brasil em 1 de abril de 1964, com o objetivo de evitar o avanço das medidas populares traçadas pelo Governo Goulart, as quais eram representadas, principalmente, por iniciativas de reforma agrária, urbana, estudantil e fiscais - com destaque especial para a reforma agrária, carro-chefe das reformas de base de Jango, de acordo com Marieta de Moraes Ferreira (s.d) . À tensão política - ilustrada pela quase guerra civil que o Brasil mergulhou entre o parlamentarismo e a volta do presidencialismo - somava-se um declínio econômico, como aponta Elio Gaspari, (2002):

Os investimentos estrangeiros haviam caído à metade. A inflação fora de 50% em 1962 para 75% no ano seguinte. Os primeiros meses de 1964 projetavam uma taxa anual de 140%, a maior do século. Pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra a economia registrara uma contração na renda per capita dos brasileiros. As greves duplicaram, de 154 em 1962, para 302 em 63 (GASPARI, 2002, p. 48).

Além da instabilidade política, também expressada pela mudança presidencialismo-parlamentarismo-presidencialismo, Gaspari (2002, p. 48) acrescenta: “Num país onde a tradição dava aos ministros da Fazenda uma média de vinte meses de permanência no cargo, Goulart dera pouco mais de seis meses a seus cinco ministros”.

Com a justificativa de que *A Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em 19 de março de 1964, era a “voz do povo” clamando contra a ameaça comunista e esquerdista de João Goulart, o golpe foi dado pelos militares.

¹ Jânio Quadros, vigésimo segundo presidente do Brasil, renunciou à Presidência em 25 de agosto de 1961, dando como justificativa a pressão de “forças terríveis”. HISTORY. **Jânio Quadros renuncia à presidência por causa de "forças terríveis"**. Sem data. Disponível em: < <https://seuhistory.com/hoje-na-historia/janio-quadros-renuncia-presidencia-por-causa-de-forcas-terriveis>>. Acesso em 30 de abril de 2018.

² A Campanha da Legalidade foi, segundo o site Resistência em Arquivo, s.d, o movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com intuito de garantir o direito de posse de Jango à Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros.

Em 2 de abril, Ranieri Mazzilli, até então deputado federal, tomava posse como presidente - temporário - da República e preenchia, como diz Gaspari (2002) “a necessidade de um desfecho aparentemente legítimo”. Em 7 de abril é editado um Ato Constitucional Provisório, o qual impunha a cassação de mandatos e direitos políticos por, no máximo 5, anos. E a derrocada das liberdades civis só estava começando.

Entra em cena o primeiro presidente militar: Humberto de Alencar Castello Branco, que tomou posse no dia 15 de abril de 1964 e que permaneceria até 1967. Com ele, também entravam em cena mais Atos Institucionais.

Como explica Vera Calicchio (s.d), o AI-1, com o preâmbulo de “A Revolução se legitima por si mesma”, legalizava a eleição indireta para a presidência e vice-presidência da República. Já após a posse de Castello Branco foram instaurados os Atos 2, 3 e 4. A dissolução de todos os partidos políticos, a possibilidade do presidente decretar estado de sítio por 180 dias sem permissão do Congresso Nacional; o estabelecimento de eleições indiretas para governadores estaduais e o direito do Executivo de legislar por decretos-lei em tudo o que se referisse a segurança, administração e finanças nacionais eram os principais pontos de cada Ato Institucional, respectivamente (CALICCHIO, s.d).

2.2. O que disse a mídia sobre o golpe de 1964?

Como mostrou Gaspari (2002), o *Jornal do Brasil*, já durante as primeiras horas do dia 31 de março de 1964, entrava na onda anti-janguista. Com um artigo de Carlos Castello Branco com o título de “Minas desencadeia luta contra Jango”, o qual mostrava uma conjectura sobre o desfecho da situação nacional, dizia que o golpe ocorreria em 24 horas. Ou em 72 horas. Já a *Tribuna da Imprensa*, nos idos de 2 de abril, logo após o desenlace da *Revolução Gloriosa*, solicitava a cassação dos direitos políticos dos aliados de Jango. Quanto a Júlio de Mesquita Filho, então dono do quarto jornal de maior circulação do Brasil, segundo pesquisa feita pela *Associação Nacional de Jornais* (ANJ), *O Estado de São Paulo*, redigia o que veio a se chamar de Ato Institucional, propondo a dissolução da Câmara dos deputados, Senado e assembleias legislativas - além de sugerir a suspensão do direito ao *habeas corpus*. Além disso, o periódico *Folha de São Paulo*³, como aponta André Bonsanto Dias (2012) reproduziu a memória considerada “hegemônica”, ou seja, lançava mão do discurso oficial do Estado, legitimando ações autoritárias

³ Em 2014, no aniversário de 50 anos do golpe militar, o jornal escreveu um *mea culpa* sobre seu apoio à ditadura, onde criticou a violência do Estado e tentou justificar a sua adesão ao regime como forma de sobrevivência a “situações adversas”, de acordo com o editorial “1964” do jornal, em 30 de março de 2014.

e repressivas e compactuando com o silenciamento por meio da proibição e da censura. A partir desses exemplos, citando alguns dos mais influentes jornais do país da época, é possível enxergar como a grande imprensa se comportou quanto à Ditadura Militar: apoiadora, subserviente e branda.

No que diz respeito ao discurso da mídia radiofônica durante o ano inicial do golpe, Luiz Artur Ferraretto (2014) afirma:

Em um quadro crescentemente contrário à liberdade de expressão, o recurso ao jornalismo como foco da programação radiofônica vai ser, nas décadas seguintes, considerado com receio ou descartado pelas empresas de comunicação, todas dependentes de outorgas governamentais e, não raro, caracterizadas por relações próximas com o poder vigente (FERRARETTO, 2014, p. 82).

Programas esportivos, sínteses noticiosas, programas de perguntas e respostas, radioteatro com montagem dos principais clássicos literários e programas infanto-juvenis imperam nas rádios durante a década de 1960, deixando ao esquecimento o jornalismo de cunho crítico e político. Sonia Virgínia Moreira (1998) aponta como exemplo para o período pós-golpe a rádio *Mayrink Veiga* que, logo após o desfecho do golpe, teve suas portas fechadas durante três semanas. Moreira diz que a guinada de programação e conteúdo - apontada por Ferraretto (2014) acima - era o único caminho para a sobrevivência das rádios no meio do quadro político brasileiro (MOREIRA, 1998).

A televisão, por sua vez, sob o ponto de vista de Sérgio Mattos (2000), deu início, em 1964, à sua fase populista e severa censura recaiu sobre telejornais e novelas. Censura essa realizada pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP).

Levando em consideração esses exemplos da mídia brasileira, vislumbramos não só o apoio à ditadura civil-militar, mas também sua legitimação. Como afirma Kellner (2005):

A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de 'nós' e 'eles'. Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. As narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos [...] (KELLNER, 2005, p. 10).

A partir desse raciocínio, pode-se entender como e por que o golpe militar precisou do apoio midiático: era necessário que os meios de comunicação de massa legitimassem o novo regime. Ao contrário do que dizia o *AI-1*, a revolução não se bastaria por si mesma.

2.3. O AI-5

Em 1968, o clima político começou a ficar mais tenso: de um lado, a oposição ao regime se intensificou, em atos como a bomba da *Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)* contra um quartel do exército, o discurso do deputado Moreira Alves propondo um boicote ao regime militar, ou a passeata dos Cem Mil⁴, no Rio de Janeiro. A vontade era resgatar o clima democrático do povo brasileiro, como destacou Beatriz Kushnir (2004). Do outro, a pressão da linha dura do governo para que a repressão fosse cada vez mais agressiva.

A resposta do governo foi o decreto do *Ato Institucional* número 5, ou como ficou popularmente conhecido, *AI-5*. O decreto consolidou uma das fases mais hostis do período ditatorial, desenrolando-se na crise do governo Costa e Silva, durante o governo da junta militar e a iminência da sucessão “linha dura” (Kushnir, 2004). Dentre as restrições impostas pelo *AI-5*, encontrava-se o fechamento do Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais; cassação de mandatos; suspensão de direitos políticos, decreto do estado de sítio e, além disso, a perda do direito ao *habeas corpus* para acusados de crimes contra a segurança nacional. De acordo com Kushnir (2004), o *AI-5* foi mais uma forma de legalizar as medidas arbitrárias do governo militar. Essa própria necessidade de legalização justifica sua criação. Podemos perceber o amparo para o que significou o *AI-5* sendo construído gradualmente com a cassação de direitos, censura, e eleições indiretas impostas pelos demais Atos Institucionais.

É a partir daqui, como mostra Eduardo Chammas, (2012), que a postura dos jornais começou a mudar. Com a implementação do *AI-5* que, além de diminuir a liberdade dos cidadãos, também diminuiu a liberdade de imprensa, estabeleceu a censura a toda forma de manifestação contra o governo e aumentou muito mais o controle do estado sobre a imprensa, o jogo mudou. Como afirma Maria Aparecida de Aquino (1999), o *AI-5* foi o marco de uma censura institucionalizada e, portanto, divide a história da censura no Brasil - com a censura fluando entre maior e menor intensidade e periodicidade ao longo dos anos.

Grandes jornais, como o *Jornal do Brasil*, fizeram críticas subliminares, que passaram despercebidas, em um primeiro momento, pelos censores: brincadeiras como uma nota estabelecendo relação entre o dia dos cegos (13 de dezembro, dia de Santa Luzia e mesmo dia em que o Ato Institucional 5 foi implementado) e o AI-5 ou trocadilhos com a previsão do tempo:

⁴ Como ficou conhecida a manifestação que aconteceu no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968, e que protestava contra a violência do regime militar e promovida, principalmente, por organizações estudantis, como a *UNE*, de acordo com Sérgio Lamarão (s.d.).

“Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx: 38°C , em Brasília; Mín: 5°, nas Laranjeiras” foram as formas que o jornal encontrou de se posicionar contra o regime (DE AQUINO, 1999, p. 207).

O periódico *O Estado de São Paulo* também passou de apoiador à crítico do regime que ajudou a criar (DE AQUINO, 1999). No editorial *Instituições em frangalhos*, o jornal denunciou os excessos do regime e o enquadrado na alcunha de “ditadura militar”. No entanto, é válido notar, como aponta De Aquino, as semelhanças das críticas feitas pelo *O Estado de São Paulo* no período em que era a favor da queda de João Goulart:

[...] o tom é o mesmo de 1964 e a preocupação idêntica: as instituições estavam sendo afrontadas na ótica do grupo que representa os interesses dos proprietários do jornal devido às mesmas razões, ou seja, o abuso do poder por parte dos governantes, pecado capital nos parâmetros de uma democracia liberal (DE AQUINO, 1999, p.51).

Por outro lado, a *Folha da Tarde* decidiu trilhar um caminho diferente. Segundo Kushnir (2004), o jornal passou a ter uma péssima reputação pós-AI-5. Segundo a autora:

A distorção dos fatos e/ou alinhamento às ideias autoritárias é que deram o tom do jornal no pós-AI-5. A Folha da Tarde, a partir de então, trancou sua porta e muitas vezes não reportava o que estava lá fora, mas criava dentro da redação uma narrativa acerca da realidade vivida.

Esquecendo-se dos três pressupostos básicos do jornalismo - fiscalizar o poder, buscar a verdade dos fatos e fomentar o espírito crítico -, a Folha da Tarde tornou-se um exemplo claro do colaboracionismo de parte da imprensa com o poder autoritário no pós-AI-5 (KUSHNIR, 2004, p. 232).

Durante 9 anos em que o AI-5 permaneceu em vigor, os veículos de comunicação televisiva - assim como os demais meios - trabalharam sob censura e autocensura, com o objetivo de evitar o enquadramento na Lei de Segurança Nacional como subversivos e contrários à ordem. Todavia, como aponta Sérgio Mattos (2002, p.92): “Ironicamente, o desenvolvimento da televisão, principalmente da Rede Globo, aconteceu durante esse período de maior restrição governamental. Além do controle através das concessões de licenças e da censura, o governo fazia recomendações diretas e indiretas a respeito do conteúdo dos programas”.

Ademais, esse período de 1968 integra o que Mattos (1990) chama de fase populista. De acordo com o autor, o período se configura por um investimento e estímulo governamental aos chamados meios de comunicação de massa, principalmente como uma forma de controle estatal e propaganda do regime.

A década de 1960 foi marcada, na história do rádio, pelo aparecimento das primeiras emissoras de rádio em FM ou frequência modulada, as quais surgem, inicialmente, para oferecer música ambiente, “desde melodias suaves para hospitais e residências até música alegre e estimulante para indústria e escritórios”, de acordo com Magaly Prado (2012). Além disso, o incentivo às emissoras FM foi estrategicamente planejado: com uma baixa potência e um alcance reduzido em termos geográficos, a frequência modulada se encaixava muito melhor na política de segurança nacional do que as rádios AM. Mais ainda, a expansão de emissoras FM contribuiu para o fortalecimento da indústria de eletrônicos no Brasil, como aponta Moreira: “O rádio FM se estabeleceu apoiado em um tripé estratégico: incentivo à indústria, controle mais fácil e segurança nacional. Com a expansão das emissoras em frequência modulada, o governo ocupava o espaço radiofônico e fazia frente à penetração da programação de emissoras estrangeiras” (MOREIRA, 1998, p. 79). No cenário da radiodifusão a censura do AI-5 também está presente. Prado também aponta para o início das rádios alternativas, em 1970, associadas a movimentos políticos e libertários, os quais surgiram como contraponto à concentração de emissoras nas mãos de grupos empresariais (PRADO, 2012).

Através das suspensões de licenças para funcionamento dos canais deu-se uma das formas mais efetivas de controle adotadas pelo regime militar para impedir a proliferação de grupos de comunicação contrários às ideias propagadas pela ditadura. Além disso, o rádio - assim como a televisão - foi percebido como uma arma de propaganda pelo regime, principalmente durante o governo Geisel, quando foi utilizado como meio de difusão das propagandas ufanistas militares (MOREIRA, 1998). Entre a censura, repressão, perseguição de jornalistas e lucro dos donos dos meios de comunicação: assim se encontrava a mídia brasileira no período do AI-5.

2.4. A morte de Herzog: um marco

Desde 1974, como mostra Elio Gaspari (2003), a prática de extermínio de presos políticos estava no seu auge, mascarada, oficialmente, como tiroteios, suicídios ou acidentes. Herdeiro desse cenário foi o ano de 1975, marco na história da ditadura civil-militar brasileira. Sob o governo de Ernesto Geisel, outro general pertencente à linha dura do exército, a reabertura política se preparava. Em seu primeiro ano como presidente, permitiu a propaganda política da oposição e aboliu a censura prévia à imprensa, colocando um fim ao AI-5 e também ao chamado “milagre econômico”. A grande imprensa, nesse período de início de reabertura política, adotou um perfil complacente, como aponta Bernardo Kucinski (1991, p.55): “Os abalos sofridos pela ditadura brasileira a partir de 1974, levaram o estado-maior militar a optar por um processo de

abertura política controlada, alavancado através da grande imprensa. Assim começou a crise da abertura, tendo como epicentro a imprensa e seu modo complacente”.

Dessa forma, e ainda segundo Kucinski, ergueu-se um novo sistema de dominação alicerçado e legitimado pela grande imprensa. Por outro lado, a truculência nunca havia sido tanta: só em setembro de 1975 passaram 142 pessoas pelos DOIs (Destacamento de Operações e Informações) do país, os desaparecidos do ano totalizavam sete e, em comparação com 1974, os casos de tortura triplicaram (GASPARI, 2004).

No ano de 1975, uma operação do DOI se concentrou em caçar jornalistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro) em exercício na imprensa, visando, especificamente, a revista *Visão* e a *TV Cultura* (Gaspari, 2004). E foi nessa ação que o jornalista Vladimir Herzog, até então recém consagrado diretor de jornalismo da *TV Cultura*, foi preso.

Vladimir Herzog morre, sob tortura, nos porões do DOI-Codi de São Paulo (Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) em 25 de outubro. Sua morte acaba causando grande comoção civil - especialmente entre seus colegas jornalistas -, o que culmina na crise do comportamento de padrão complacente da mídia, como chama Kucinski.

Como aponta o autor, a morte de Herzog foi responsável por uma crise interna dos jornais da grande imprensa e alternativos e por um turbilhão de protestos civis:

A morte de Herzog provocou crises internas agudas em algumas redações, levando à ruptura nas relações de trabalho e ao surgimento de uma nova modalidade de jornais alternativos, de caráter regional, criados, em geral, por jornalistas de prestígio em capitais fora do eixo Rio-São Paulo, com apoio de seus sindicatos e portadores de propostas elaboradas de gestão cooperativa (KUCINSKI, 1991, 60).

Dentro dessa lógica, ambas as vertentes midiáticas - inclusive veículos que apoiaram a ditadura, como o *Correio da Manhã*, por exemplo - pressionam o regime, visando o fim da censura e a redemocratização. Aqui, e ainda de acordo com Kucinski (1991), a burguesia começava a prever a extenuação da ditadura civil-militar e se adiantar ao processo de ruptura com regime, indo ao encontro às possibilidades neoliberalistas da redemocratização. O assassinato de Vladimir Herzog representa o esgotamento da ditadura, o qual começou a ser denunciado pela grande mídia.

Além disso, o assassinato de Vlado Herzog contribuiu para a criação de uma nova geração de jornalistas, com prestígio regional, que começaram a diversificação temática e regional da imprensa nanica, como *Coojornal* (1975), de Porto Alegre (KUCINSKI, 1991). Ao mesmo

tempo, podemos observar que, entre 1975 e 1978, a censura à imprensa começa a ser mais seletiva e restrita, retirando-se os órgãos fiscalizados, como ocorreu com *O Estado de São Paulo*, em 1975, quando os censores do jornal se retiraram da redação (DE AQUINO, 1999).

No que se pode dizer sobre o rádio na década de 1970, o destaque fica com a consolidação das rádios comunitárias e da frequência modulada como opção de audição com melhor qualidade técnica de áudio - a partir disso, começa a segmentação de gêneros musicais na radiodifusão (PRADO, 2012). Podemos notar aqui um certo avanço tecnológico que permitiu todas essas mudanças. Esse mesmo avanço interfere no desenvolvimento da televisão desse período. De acordo com Mattos (2002), a televisão brasileira entra na sua fase de desenvolvimento tecnológico, que se caracteriza pela padronização da programação televisiva em todo o país e pelo conceito de rede de televisão.

2.5. A democracia volta aos poucos

A distensão política, iniciada com Ernesto Geisel em 1974 e continuada por João Baptista Figueiredo, em 1979, teve como objetivo garantir a transição – **lenta e gradual** – entre o regime militar e a volta da democracia (STRELOW et al, 2014). **De acordo com Schmidt (2008), tal distensão ainda pode ser marcada pelo aparecimento de movimentos pela anistia, com a criação do MFA (Movimento Feminino pela Anistia) e pelo CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia).**

Em plena distensão, os ânimos são animados pela chamada Emenda Dante de Oliveira, elaborada pelo deputado do MDB, de mesmo nome. A emenda propunha um restabelecimento das eleições diretas para presidente. Apesar do texto não ter sido aprovado em Congresso – derrotada por 22 votos, além de haver falta de quórum, com 112 abstinências – ele deu origem a um dos maiores movimentos de todos os tempos: as Diretas Já. (SCHMIDT, 2008).

Já em 1979, a reforma partidária trouxe de volta à legalidade os partidos políticos então proibidos. A partir daí, com a eleição direta para governador já no ano seguinte, as vitórias da oposição em território nacional contribuíram para a articulação dos protestos a favor das eleições diretas para a presidência da República, que culminou no movimento *Diretas Já*.

Segundo o Memorial da Democracia, o movimento das *Diretas Já*, em 1984, contou com os maiores protestos de rua realizados no Brasil até então, levando mais de um milhão de pessoas - contabilizando apenas os números de São Paulo, de acordo com Mattos (2002) - às ruas, clamando pelo direito ao voto direto. No ano seguinte, é eleita a chapa de Tancredo Neves e José

Sarney, ainda por eleições indiretas, para assumir os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente.

Na grande imprensa, o apoio às *Diretas Já* e à redemocratização se consolidava - considerando que o empresariado foi se afastando cada vez mais do regime militar e do seu “milagre econômico” conforme a crise econômica se instaurava, crise ainda agravada pela Guerra do Yom Kippur⁵ e pelo embargo em cima do petróleo promovido pelos países árabes da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Jornais como a *Zero Hora*, de Porto Alegre, deram ampla cobertura ao movimento, dando destaque para o “Samba das diretas: para decorar e cantar”, em sua edição de 13 de abril de 1984, de acordo com Aline Strelow e Ana Gruszynski (2014).

O periódico *Folha de São Paulo*, como destacou Dias (2012), buscou se desvencilhar da imagem do regime militar, pautando seu novo estilo jornalístico em um projeto crítico, plural e apartidário. A empresa da família Frias foi mais uma que, ao perceber que o “milagre” militar ruía, optou por se afastar, percebendo, aos poucos, não haver mais possibilidade de continuar apoiando um regime que caía cada vez mais diante da opinião pública. O autor também aponta para o discurso que o jornal adotou sobre as *Diretas Já*: um ato de manifestação dos mais raros e belos momentos da sociedade.

No que diz respeito à televisão, a cobertura da então consagrada *Rede Globo* (MATTOS, 2002) sobre o ato das *Diretas Já* foi tendenciosa. Ainda aliada ao governo militar, o qual estimulou seu crescimento e lucro, a rede de televisão noticiou o movimento como se fosse uma comemoração pelo aniversário da cidade de São Paulo, com a chamada lida pelo apresentador Marcos Hummel: “Festa em São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na Praça da Sé” (MEMÓRIA GLOBO, s.d) - erro admitido pela emissora em livros e também anunciado durante o *Jornal Nacional* do dia 21 de abril de 2015, disponível site *Memória Globo*. Quanto ao rádio, até os anos 1980, o segmento de radiojornalismo ainda era pouco explorado, mas, devido à reabertura política, o jornalismo começa a se consolidar como um dos três principais segmentos de mercado para as rádios comerciais, como escreveu Ferraretto (2014).

A primeira eleição brasileira, que daria origem à Nova República, foi decidida por um colégio eleitoral e seus vencedores foram Tancredo Neves e José Sarney, mantendo a linha da

⁵ Ataque de Egito e Síria a Israel, em 1973. Uma das principais consequências desse conflito foi o boicote dos países árabes que compunham a OPEP às nações que apoiaram Israel durante a guerra. (site HISTÓRIA DO MUNDO, s.d).

abertura lenta e gradual, já que ambos os políticos eram “moderados” e mantiveram boas relações com o regime ditatorial. O povo brasileiro só poderia votar, diretamente, na próxima eleição, depois de uma abstinência de 30 anos, dando a vitória para Fernando Collor de Mello.

2.6. Rio Grande Do Sul, uma zona estratégica

O Rio Grande do Sul tem papel especial nos contornos da ditadura civil-militar brasileira. Primeiro: é zona de fronteira e, como toda zona de fronteira, encontra-se especialmente visada como rotas estratégicas de fuga e escoamento em períodos de guerra e conflito. Segundo: é o estado de João Goulart, o presidente deposto, e de Leonel Brizola, até então governador do Rio Grande do Sul e líder da Campanha da Legalidade, especialmente articulada para garantir a posse de Jango como presidente. Soma-se a isso a tradição partidária trabalhista presente na história do estado que faz do Rio Grande do Sul um cenário peculiar durante os anos de regime militar, sendo o principal alvo da *Operação Condor* - segundo os dados da Comissão Nacional da Verdade, articulada em uma reunião secreta realizada no Chile, em 1975, com o intuito de forjar uma aliança entre as ditaduras do Cone Sul para capturar, vigiar, sequestrar, torturar e assassinar opositores aos regimes ditatoriais- contra “subversivos” argentinos e uruguaios (BARBOSA et al, 2009).

Como aponta Enrique Padrós (2009), a história do Rio Grande do Sul na ditadura militar não é diferente da história do restante do país, uma vez que, apesar das suas particularidades, o estado estava sujeito à mesma Constituição e ao mesmo tipo de opressão. Dessa forma, o AI-5 foi para os gaúchos o mesmo golpe de chumbo do que para os demais estados do Brasil. Dessa vez, o inimigo interno era a luta armada e, para se adequar a ela, o regime adotou uma forma mais agressiva e sombria de opressão e violência. Entre os grupos de luta armada que passaram, ou tiveram sua fundação em solo gaúcho, vale apontar *Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G)*, a *Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares)* e a *Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)* (PADRÓS, 2009). Quanto ao movimento estudantil, ele pode ser representado pela exoneração, aposentadoria forçada e protestos de professores e estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que teve o seu **Diretório Central dos Estudantes (DCE)** fechado pelo regime (CARRION, 2009).

Se por causa das suas especificidades políticas e geográficas, o estado seguiu um caminho combativo durante os anos militares, a mídia hegemônica gaúcha direcionou seu conteúdo para o

mesmo lado que as demais comunicações dominantes do país. Como aponta Strelow et al (2014, p.13):

A exemplo do que ocorreu com diversas instituições do país, antes do golpe de 1964, os veículos de comunicação do Rio Grande do Sul dividiram-se entre os de explícito ou discreto apoio à coalizão de partidos e de interesses responsável pela chegada de João Goulart ao poder no início dos anos 1960 e os de total oposição ao governo. Ao longo da ditadura, os que sobreviveram à quebra do estado de direito variaram do apoio irrestrito ou conivente à chamada Revolução de 1964 a manifestações pouco claras a respeito da necessidade de redemocratização duas décadas mais tarde.

Para ilustrar o contexto, podemos tomar como exemplo o jornal *Zero Hora*, com sua primeira edição lançada em maio de 1964, que, devido a autocensura, não teve nenhuma rixa com a ditadura militar durante os seus 21 anos de duração (SCHIRMER, 2002 apud STRELOW & GRUSZYNSKI, 2014). É importante ressaltar, como afirma Ferraretto (2014) a propensão nacional ao surgimento de conglomerados causada pelo período econômico que o país vivenciava, o Rio Grande do Sul não ficou de fora dessa tendência - o próprio império de Breno Caldas e, mais tarde, o surgimento da *Rede Brasil Sul* (que seria sua principal concorrente para depois desbancá-lo) são provas da formação desses monopólios regionais.

Portanto, tendo como pano de fundo o período da ditadura civil-militar, podemos perceber uma conivência e até um claro apoio das camadas elitizadas da sociedade, incluindo aqui a grande mídia. Apenas quando regime militar se tornou insustentável - tanto economicamente quanto perante a opinião pública - que os grandes jornais e demais meios de comunicação de massa ousaram denunciar seus excessos e apontar seus erros. Mas, ao contrário do que se pode pensar, partindo do princípio de que a grande imprensa se tornou acrítica, a oposição e criatividade nunca estiveram tão vivas na comunicação brasileira: a imprensa nanica, surgida em 1964 com a primeira edição de *Pif Paf*, foi a responsável por criticar, denunciar e combater a opressão do regime militar. No entanto, o epicentro desse movimento de jornalista e intelectuais não ficou apenas no Rio de Janeiro, mas se espalhou regionalmente, como uma grande onda de descontentamento e resistência.

3. JORNALISMO NOS TEMPOS DO CÓLERA: O GÊNERO ALTERNATIVO NO BRASIL

3.1. O cenário nacional

Em uma rápida consulta ao dicionário - nesse caso, um Silveira Bueno minidicionário da língua portuguesa, de 2000 - podemos encontrar a definição do termo alternativo: “adjetivo. Feito com alternância; que vem ora um, ora outro; diz-se das coisas de que se pode escolher a que mais convenha”. Conseguimos encaixar a imprensa alternativa - ou nanica, por causa do formato tablóide adotado pela maioria dos jornais alternativos (KUCINSKI, 1998) - em qualquer um dos significados apontados pelo minidicionário: aos inúmeros periódicos que pipocaram, principalmente na década de 1970 no Brasil, com vidas longas ou sobrevidas efêmeras, podemos relacionar o “ora um, ora outro”; como possibilidade de escolha, alternativa, opção para algo que parece não haver opção, “diz-se das coisas que se pode escolher a que mais convenha”. A imprensa alternativa brasileira só não convinha aos militares e ao regime de opressão instaurado por estes.

A origem da imprensa alternativa está, como aponta Kucinski (1998, p.183) na articulação de três atores sociais principais:

[...] as esquerdas, com seu desejo de protagonizar transformações; jornalistas buscando alternativas ao fechamento de seus espaços na grande imprensa; e intelectuais, encurralados pelo ambiente repressivo que se instaurou nas universidades. É na dupla oposição ao Estado militar e às limitações de produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos

Essa convivência entre camadas tangentes da sociedade foi propiciada pelo contexto histórico e pelo imaginário em comum que perpassava essas três esferas: com antecedentes como a Revolução Cubana⁶, o imaginário partilhado por esse tripé estava fervilhando de ideias guevaristas de transformação social e intervenções dos anos 60 e 70 (KUCINSKI, 1998).

O jornalismo alternativo no Brasil teve, basicamente, duas grandes vertentes: a vertente ideológica e a vertente existencial. A primeira, englobava jornais como *Coojournal* (1974), *Opinião* (1972) e *Movimento* (1975), os quais faziam uso de uma abordagem com raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos de 1950 e no marxismo estudantil da década de

⁶ Movimento popular guerrilheiro que terminou com a ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba, no ano de 1959. Liderada por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, a Revolução Cubana implantou o socialismo no país. Medidas como reforma agrária, expropriação de grandes propriedades e nacionalização de bancos e empresas também foram tomadas.

1960. A característica comum entre os jornais dessa vertente era seu aspecto mais pedagógico e dogmático (KUCINSKI, 1998).

A segunda vertente - ou vertente existencialista -, como o próprio nome sugere, tinha suas raízes no existencialismo de Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, no orientalismo, no anarquismo e, mais do que tudo, na contracultura norte-americana que despontava na época com o movimento hippie, tendências ambientais e experimentais, psicodelia, e levante das minorias - mulheres, homossexuais e negros. Essa linha do gênero alternativo agrupava jornalistas cansados dos discursos políticos da esquerda tradicional brasileira e fazia frente ao autoritarismo, debochando da moral burguesa e dos “bons costumes” padrões da classe média e, muitas vezes, se opunham até mais intensamente ao regime militar do que os jornais ideológicos (KUCINSKI, 1991; 1998). Fizeram parte da imprensa alternativa existencialista nomes como *O Pasquim* (1969), *Pato Macho* (1971), *Versus* (1975) e *Ex* (1973). Ademais, podemos encaixar aqui o próprio *Correio da Mulher*.

A imprensa alternativa começou sua trajetória de luta contra a ditadura civil-militar ainda em 1964, com *Pif Paf*, de Millôr Fernandes, mas, provavelmente, o periódico alternativo que mais marcou o território nacional tenha sido *O Pasquim*. Fundado e realizado por grandes nomes da imprensa brasileira - Ziraldo, Jaguar, Millôr Fernandes, Tarso de Castro, entre outros - *O Pasquim* inovou em todos os sentidos.

De acordo com Rivaldo Chinem (1995), não há grande jornal brasileiro que não tenha sido influenciado, de alguma maneira, pelo periódico alternativo - também apresentado pelo autor como a “Lei Áurea da Imprensa”. Entre as inovações que influenciaram uma geração de comunicadores (comunicadores, pois não foram apenas os jornalistas os influenciados pelas novidades d’*O Pasquim*), a inovação linguística talvez tenha sido a mais importante. De acordo com Chinem (1995, p.49):

O Pasquim modificou a linguagem jornalística ao escrever como se falava, e isso influenciou até a propaganda no Brasil. Liberou todo mundo; usou palavrões que daí em diante podiam ser falados e publicados, por que não? Pô, putsgrila, paca. O pessoal da censura era chamado de “a turma do pilot”, uma referência ao tipo de caneta-tinteiro que usavam para marcar com X as matérias vetadas.

Outro ponto que marcou o jornal foi a sua forma de administração - ou a falta dela. Não houve editor n’*O Pasquim* ou alguém que decidisse o que iria sair ou não no jornal, nenhum pauteiro ou alguém que desse algum viés para a publicação seguir (CHINEM, 1995). Esse comportamento pode ser considerado como uma consequência do que Kucinski (1998) chamou de “espírito anticapitalista”. Isso quer dizer que *O Pasquim* - e isso também valeu para todos os

outros jornais alternativos - não se opunha apenas à Ditadura Civil-Militar, mas também ao capitalismo como modelo econômico, o qual era expressado, de forma extrema, pelo regime militar vigente na época (KUCINSKI, 1995).

O jornal *Opinião* (1972), por sua vez, nasceu no auge do regime autoritário. De acordo com Roberta Kelly de Souza Brito e Naiana Rodrigues da Silva (2012, p.3), era “protagonizado por intelectuais e secretamente instruído pelo Comitê Central da Ação Popular (AP), *Opinião* trazia a proposta de um jornalismo crítico e analítico que viria a se chocar diretamente com a censura ideológica imposta pelo Estado” (BRITO & DA SILVA, 2012, p. 3). Esse mesmo jornal foi considerado por Kucinski (1991) como o jornal mais influente da imprensa alternativa brasileira dos anos 70. Em suas primeiras edições, nomes de prestígio internacional foram entrevistados, como Celso Furtado e Robert Kennedy. Arrocho dos salários, falhas administrativas de Fernando Gasparian (dono da folha), censura e carga de trabalho excessiva foram os elementos que fizeram com que *Opinião* chegasse ao seu fim em 1974, além das controvérsias ideológicas sobre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (BRITO & SILVA, 2012).

Muitos acreditam que o fim dos alternativos aconteceu junto e por causa da reabertura política que trazia com ela reabertura da esfera pública. É fato que, após a anistia e a retomada das atividades políticas plurais, as redações dos periódicos alternativos se esvaziou, mas engana-se quem pensa que só de ditadura militar viviam os jornais alternativos: “[...] o imaginário da imprensa alternativa não se constituía apenas dessa presença. Nem a ditadura sozinha podia explicar a riqueza do fenômeno alternativo, a diversidade de suas manifestações, ou mesmo a sua essência [...]” (KUCINSKI, 1995).

A extinção desse tipo de imprensa vai muito além do que uma simples oposição ao regime militar e pode ser considerada consequência de uma soma de fatores, incluindo, o econômico, principal inimigo das redações alternativas: seu desprezo pelo capitalismo e pelas atividades administrativas fazia com que houvesse uma insistência em negócios antieconômicos, como uma distribuição nacional de jornais, por exemplo. Sintoma dessa não duração dos jornais alternativos dos anos 1970 seria a imprensa pouco plural de 1990.

Ideológico ou existencialista, partidário ou apartidário, ambientalista, feminista, negro, homossexual ou feito pelo mesmo time de homens brancos de sempre: a característica comum que uniu todos os cento e sessenta jornais alternativos que passaram pelo Brasil durante o regime militar foi a sua contingência de combate político-ideológico à ditadura civil-militar e uma certa forma de militância contra o moralismo e as estruturas do status quo (KUCINSKI, 1995).

Ao longo do tempo, surgiram algumas vertentes do jornalismo alternativo, ultrapassando o eixo Rio-São Paulo e se caracterizando pelo regionalismo e por um maior vínculo com os movimentos populares de base, como o feminismo, o movimento negro e homossexual (KUCINSKI, 1991). Entre esses jornais encontrava-se o *Correio da Mulher*.

3.2. A imprensa alternativa nos pampas

O Rio Grande do Sul, como dito no capítulo anterior, não era uma zona comum ou de interesse indiferente para a ditadura civil-militar. Sua localização estratégica como rota de fuga de exilados e perseguidos políticos deu ao estado um significado diferenciado.

Historicamente influenciado por ser uma zona de fronteira e assolada por conflitos, como a Guerra dos Farrapos (1835), por exemplo, o Rio Grande do Sul apresentou um apego muito forte às tradições, apego esse que pode até ser considerado um certo provincianismo. Como explica Aline Strelow (2009, p.56), exemplificando a situação de Porto Alegre durante o regime militar:

A situação em Porto Alegre não era diferente do restante do país. No entanto, além da censura política e da repressão, outra questão em evidência era o provincianismo da cidade. Protegida por uma espécie de campo de força e, ao mesmo tempo, sufocada por ele, a capital gaúcha permanecia em estado de estagnação cultural. A sociedade já havia estabelecido seus códigos de convivência e era dentro dos limites destes que os indivíduos deviam mover-se.

É nesse cenário provinciano - somado ao conservadorismo político e moral, aos costumes conservadores e à censura do período ditatorial - que a imprensa alternativa gaúcha se desenvolveu. O primeiro modelo de jornal do gênero alternativo nos pampas foi o periódico *Exemplar* (1967), o qual, em um primeiro momento, se dedicava exclusivamente às notícias do *Centro dos Professores Gaúchos (CPG)*. Aos poucos, a temática do jornal foi se expandindo e este passou a promover narrativas a favor da contracultura (STRELOW, 2009).

O *Exemplar* foi apenas o primeiro. Gradualmente começaram a surgir jornais alternativos no Rio Grande do Sul. O *Protesto* (1967), *Pato Macho* (1971), *Coojornal* (1974), *Lampião* (1976),

Semanário de Informação Política (1976), *Informação* (1976), *Tiçã* (1978) e *Correio da Mulher* (1980) são alguns exemplos da diversidade de temas que apareceram na imprensa gaúcha. Embora com menor impacto comparado ao eixo de alternativos Rio-São Paulo, a imprensa underground gaúcha teve uma representatividade bastante significativa durante a ditadura militar e a época da redemocratização. A expressão dessa representatividade está na contabilização das 20 folhas alternativas que circularam nos pampas durante o período, dividindo-se, essencialmente, entre as categorias de humor, política, reportagem, cultura, anarquismo e feminismo (STRELOW & PITHAN, 2014; STRELOW, 2009).

O *Coojournal* talvez tenha sido o jornal alternativo gaúcho de maior relevância em âmbito nacional - a folha chegou a circular em todo o país, com uma tiragem de 35 mil exemplares (KUCINSKI, 1991). Fruto de uma cooperativa de jornalistas (o tão sonhado jornal dos jornalistas), o periódico encontrou um meio pouco usual, mas muito inspirador, para enfrentar a competitividade de mercado e se lançar como folha para o grande público (STRELOW, 2009; GLORIA, 2017; KUCINSKI, 1991).

Lançado em 1974, o impresso participou de um período em que a reabertura política estava em andamento e, por isso, pautas como as eleições, crítica à censura e a anistia eram frequentemente levantadas em suas páginas, de acordo com Strelow (2009). Conforme Rafael Gloria e Aline Strelow (2017), a cooperativa se consolidou no mercado comunicacional por meio de publicações para terceiros, conseguindo, assim, uma situação financeira favorável para que os integrantes da cooperativa lançassem seu próprio boletim interno mensal.

Quanto à forma narrativa do jornal, que durou 8 anos, Kucinski (1991, p.213) aponta: “Como método narrativo, adotavam a reportagem histórica, fundamentada em documentos e depoimentos dos protagonistas ainda vivos. Tornou-se um jornal ‘memorialista’, referenciado no plano do político, não do ideológico, muito menos do psicológico ou do cultural.”

Ainda segundo Kucinski (1991), o *Coojournal* tinha fortes raízes no historicismo, resultado da forte tradição gaúcha de preservar a história do estado; da influência do editor, Elmar Bones, pelas vertentes históricas e pelos gaúchos terem sido os protagonistas da crise institucional (Campanha da Legalidade) que culminou com o golpe de 1964. No entanto, o forte vínculo da publicação com o historicismo não preveniu o jornal de se manter provinciano no campo da cultura.

A folha cooperativista serviu de inspiração para outros projetos do tipo no Brasil - o que não evitou o seu fim em março de 1983. Rachas e oposições internas, somadas ao custo de

produção elevado e aos déficits publicitários causados pela contínua repressão ao jornal foram os principais responsáveis pelo fim do *Coojournal*.

3.3. Agora é que são elas: a imprensa feminista

De acordo com Dulcília Buitoni (1986), a imprensa feminina é, por si só, um conceito altamente sexuado - senão sexista - de imprensa. O termo imprensa feminina indica que o sexo de seu público faz parte de sua natureza ou, como coloca a autora: “A começar pelo nome, a maioria das publicações, programas de rádio e TV femininos indicam claramente para quem se dirigem” (BUITONI, 1986, p.7).

Além de ter um público específico claramente definido, a imprensa feminina também parece abranger uma infinidade de temas, ligados, principalmente, à esfera doméstica, pouco se aventurando a tangenciar temas da esfera pública - a menos que esses temas tenham a ver com moda ou controle de natalidade. Por outro lado, o fato jornalístico não está tão presente nesse tipo de imprensa. Como coloca Buitoni: “No sentido de registro do fato, a atualidade não está muito presente na imprensa feminina devido aos seus conteúdos tradicionais: moda, beleza, culinária, decoração aceitam a ligação com o atual mas não são por ele determinadas” (BUITONI, 1986, p. 13).

Mais do que isso, a imprensa feminina tem um viés extremamente comportamental e controlador. Por meio do discurso e da publicidade, montam um ideal de mulher geralmente conservador, contribuindo para a reafirmação do status quo do sexo feminino na sociedade patriarcal:

A imprensa feminina, num discurso que parece corriqueiro, ensinando como fazer tricô e doces e onde se vêem frequentemente finalidades publicitárias, envolve toda uma representação da imagem da mulher. Representação em geral conservadora, que tolhe as suas possibilidades de realização

como pessoa. Representação que continua a lhe ditar receitas sobre seu comportamento (BUIIONI, 1986, p. 70).

No entanto, apesar de manter algumas características temáticas representadas por reportagens sobre maternidade, moda e culinária (CORREIO DA MULHER, 1980), a imprensa alternativa voltada às mulheres veio quebrando vários tabus, inserindo a atualidade, a política e outras camadas da esfera pública na imprensa feminina.

O feminismo no Brasil surgiu alguns anos depois do que no resto do mundo. Oficialmente, a data é 1975, quando a ONU (Organização das Nações Unidas) decretou o *Ano Internacional da Mulher*. Influenciado por conquistas como o advento da pílula anticoncepcional e a filosofia expressada nas obras de Simone de Beauvoir, além das reivindicações pelo direito ao aborto, equidade salarial e combate à violência doméstica, o movimento feminista veio achar espaço em terras brasileiras em meio a um dos períodos mais conservadores e repressivos da história do país. Não foi à toa que se aliou com a imprensa alternativa. Para Woitowicz (2009, p.35): “Neste espaço, a imprensa alternativa atua como uma importante aliada para denunciar situações de opressão e para promover a conscientização de diferentes setores da sociedade em torno das lutas pela liberdade e pela igualdade de direitos”.

No entanto, o feminismo nem sempre foi visto com bons olhos. Demonizado tanto por militares e outros setores conservadores da época, a mídia alternativa agia, muitas vezes, de forma paradoxal no que diz respeito ao movimento de emancipação das mulheres. Como explica Woitowicz sobre a polarização que a luta feminista causou na própria esquerda - ponto de vista que também pode ser considerado quando falamos da divisão na própria imprensa alternativa:

A prática desses grupos era vista com hostilidade por determinados setores da esquerda, que apostavam em outras frentes de luta e consideravam inúteis tais discussões, devido ao seu viés “individualista” ou “liberal”. Desse modo, o movimento se divide entre aquelas que defendiam como prioridade as lutas gerais, envolvendo principalmente as questões de classe, e as que apostavam na emancipação das mulheres através das lutas por causas específicas, voltadas à opressão decorrente da desigualdade entre os sexos (WOITOWICZ, 2009, p.33).

Bernardo Kucinski (1991) dá ênfase à questão ao citar o exemplo do jornal alternativo mais popular e de maior circulação no Brasil, *O Pasquim*:

Questões da família, do corpo e do sexo tornaram-se públicas. Mas, no Brasil, o feminismo ainda era tratado com desdém e mesmo com chacota, inclusive por *O Pasquim*, que fazia o gênero do jornal machista como parte de sua postura geral “anticlasse-média-moralista”, especialmente através dos artigos de Ivan Lessa, Zivaldo e Paulo Francis. Frequentemente associavam feminismo à frustração sexual (KUCINSKI, 1991, p. 78).

Assim, a imprensa alternativa feminina/feminista veio para ser o alternativo do alternativo. Começando com o precursor, *Brasil Mulher* (1975), apoiado pelo *Movimento Feminino pela Anistia (MFA)*, fundado por Therezinha Zerbini. Como expressa Karen Debértolis (2002), o jornal tinha como objetivo inicial ser um boletim para o MFA, que dava seus primeiros passos em São Paulo, com o intuito de angariar assinaturas para pressionar o governo militar a conceder anistia aos seus presos políticos. Joana Lopes - jornalista responsável pela publicação -, por outro lado, fez com que o *Brasil Mulher* se tornasse um jornal que revelasse o feminismo tupiniquim (DEBÉRTOLIS, 2002). Em 1976 foi a vez do *Nós Mulheres*. Com a mesma abordagem clássica da esquerda que o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres*, por sua vez, nasceu diretamente dos movimentos de base femininos.

Em 1981 surge o último e mais duradouro jornal da grande tríade feminista da imprensa alternativa no Brasil, o *Mulherio*. O periódico durou dez anos e contava com o suporte da Fundação Carlos Chagas, saindo da lógica organizativa da imprensa alternativa dos anos 1970 (KUCINSKI, 1991). É durante o mesmo período, mais ou menos um ano antes, que surge o *Correio da Mulher* (1980), até então único exemplar de jornal alternativo feminista no Rio Grande do Sul. Sua temática existencialista se aproxima do mesmo conteúdo veiculado nas páginas do *Mulherio*.

Como escreveu Buitoni (1986), a imprensa feminina, mais do que a imprensa geral, foi um termômetro do contexto histórico e das movimentações sociais da época em que surgiu. Esse mesmo contexto histórico cria as razões para o seu surgimento, influenciam e são influenciados pelos costumes da época - tanto como forma de reafirmação como de contestação. “Cada novidade é imediatamente incorporada, desenvolvida e disseminada. A movimentação social mais significativa também vai sendo registrada” (BUITONI, 1986). É assim que a imprensa alternativa feminista entra para a história da imprensa alternativa nacional: como um termômetro sensível, pronto a responder às investidas patriarcais da sociedade e a denunciar o machismo dominante - mesmo entre a própria comunidade *underground*.

4. **CORREIO DA MULHER: UM OLHAR FEMININO SOBRE A POLÍTICA, A CULTURA E A SOCIEDADE**

A metodologia utilizada para realizar esta monografia e traçar um perfil do que foi o *Correio da Mulher* é a análise de conteúdo, assim como proposta por Laurence Bardin (1977), cruzada com a história oral, na visão de José Carlos Meihy (1994). A partir da leitura de todos os textos presentes nas duas edições do jornal analisadas - dezembro de 1980 e março de 1981 - das entrevistas feitas com as jornalistas Bete Portugal, Wlacyra Lisboa e Janete Jobim, que compuseram a redação do impresso, e da utilização das técnicas da história oral - a qual utiliza entrevistas como fontes válidas e que, necessariamente, precisa de, no mínimo, três elementos para existir: o depoente, o pesquisador e a máquina de gravação, seja ela qual for (MEIHY, 1994) - o intuito é descobrir quais são as principais temáticas tratadas no jornal, quais as abordagens e as fontes ouvidas, além dos gêneros jornalísticos que mais aparecem.

A metodologia da história oral é profundamente subjetiva, uma vez que os três elementos essenciais para que ela aconteça não se limitam, obrigatoriamente, a seus papéis: o depoente não se limita a contar sua versão da história, o pesquisador não se limita a entrevistar e a ouvir e, por sua vez, a máquina não se limita a apenas gravar o diálogo que está acontecendo. De acordo com Meihy (1991, p.53):

A História Oral, pois, é mais de que arquivo de gravações. Implica a elaboração de um documento que pode ser, num primeiro momento a transcrição do testemunho e, em outra etapa, a sua análise. O primeiro estágio implica objetividade, o segundo admite gravações dependendo mais de quem interpreta.

No entanto, é preciso diferenciar história oral das entrevistas jornalísticas, sociológicas, entre outras baseadas em depoimento. Além disso, a história oral ainda pode ser dividida em três

ramos: História Oral de Vida, História Oral Temática e Tradição Oral: a primeira diz respeito ao registro da experiência pessoal. Aqui é necessário que se eleve ao extremo a individualização de cada indivíduo, tratando cada um como um elemento único, diferente.

A História Oral Temática - usada no presente trabalho - é sobre o testemunho e abordagem de algum assunto específico (no caso, o *Correio da Mulher*). Aqui a vida do ponto de vista individual tem um valor menor e relativo e, sendo a História Oral Temática um recorte da experiência a partir do todo, ela corrobora para o preenchimento de lacunas das versões já estabelecidas sobre o assunto estudado - aqui representada pela ausência de pesquisas sobre o jornal. Além disso, esse ramo aborda essas questões externas de uma forma mais objetiva e factual, contrastando com a subjetividade presente na História Oral de Vida. A Tradição Oral, por sua vez, percebe o depoente como um veículo de transmissão de mitos e tradições antigas que, na maioria das vezes, transcende o indivíduo entrevistado (MEIHY, 1994).

Por outro lado, a abordagem metodológica da análise de conteúdo propõe três diretrizes cronológicas de trabalho: a) Pré-análise; b) Exploração do material; e, por último, c) Tratamento dos resultados a partir da inferência e da interpretação. A fase de pré-análise é o momento de organização da investigação e consiste no “planejamento do trabalho a ser elaborado, procurando sistematizar as ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas, contempladas num plano de análise” (FONSECA, 2005, p. 290). Para Bardin (1977, p.95), são três os principais propósitos dessa primeira parte: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final”. Bardin ainda aponta que não há, necessariamente, uma ordem cronológica correta a ser seguida entre essas três subetapas. Dessa forma, temos a pré-análise como a etapa mais aberta da análise de conteúdo.

Por meio de um olhar geral e da leitura flutuante - ou “o contato com os documentos a serem analisados, visando conhecer o texto e deixando-se invadir por impressões e orientações” (FONSECA, 2005, p.290) - buscamos construir uma estrutura lógica para guiar as inferências e interpretações que serão realizadas posteriormente. O processo da inferência é entendido aqui como “o momento mais fértil da análise de conteúdo, estando centrado nos aspectos implícitos da mensagem analisada” (FONSECA, 2005, p. 298). Podemos dizer então que a inferência aqui nada mais será do que uma espécie de dedução lógica, a partir de índices postos em evidência, com o intuito de produzir conhecimento sobre o emissor ou o destinatário da comunicação (nesse caso, nosso foco será o emissor).

Portanto, e durante o andamento da leitura flutuante, a compreensão sobre a temática abordada no material vai se tornando mais clara e novas hipóteses sobre o objeto de trabalho começam a irromper. Em seguida, definimos o *corpus* da análise, sendo ele um “conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 1977, p. 96). Bardin situa algumas regras na hora de escolher os documentos que irão formar o *corpus* da análise (a exaustividade, não-seletividade e representatividade). No caso do *Correio da Mulher*, como o jornal teve apenas duas edições, trabalhamos com a totalidade de textos publicados. Posteriormente, há a subetapa de referenciação dos índices e elaboração de indicadores.

Por fim, a pré-análise é concluída com a preparação do material, a qual consiste em organizar os documentos que serão estudados, a partir da numeração, catalogação ou categorização, por exemplo. No presente trabalho, trabalharemos com a categorização:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos (BARDIN, 2014, p.145).

A etapa seguinte corresponde à exploração do material. Trata-se da “administração sistemática das decisões tomadas” (BARDIN, 1977, p. 101) durante o período de pré-análise, ou seja, à “análise propriamente dita, envolvendo operações de codificação em função de regras previamente formuladas” (FONSECA, 2005, p. 290). Essa é a fase mais longa do processo e o pesquisador deve transformar os indicadores previamente elaborados em um material que permita a interpretação e representação objetiva, por meio da codificação. Laurence Bardin entende a codificação como sendo:

[...] uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto (BARDIN, 1977; BARDIN, 2014, p. 129).

A etapa de tratamento dos resultados obtidos e interpretação tem como objetivo uma melhor leitura dos resultados, colocando-os em um formato de assimilação visual mais didático, e dando lugar à elaboração de inferências e interpretações. As interpretações terão como base os objetivos da pesquisa, e eventualmente, outras informações encontradas ao longo da análise que não puderam ser previstas em etapa anterior a ela.

4.1. Pré-análise

A escolha do tema se deu por uma junção de diferentes fatores, que acabaram se tornando significativos. Primeiro, houve uma busca por algum título que integrasse a imprensa alternativa e, ao mesmo tempo, fosse voltado para a mulher. Assim, o nome do *Correio da Mulher* foi apontado. Uma vez com o objeto parcialmente definido, veio a descoberta de que não existia nenhuma pesquisa completa ou trabalho sobre o impresso. A mistura desses dois fatores foi decisiva para que o *Correio da Mulher* se tornasse, definitivamente, o objeto deste trabalho.

O primeiro contato com o periódico ocorreu durante uma visita ao Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. As duas edições existente foram examinadas através de uma primeira leitura flutuante. Aqui ocorreu o primeiro manuseio do objeto e foi, de fato, decidido que ele serviria para estudo (a incerteza da disponibilidade de exemplares no Museu de Comunicação gerava dúvidas, até então, sobre se o jornal seria um objeto adequado).

Para compreender quais são as principais temáticas do *Correio da Mulher*, analisamos todas as reportagens e textos publicados nas duas edições, de dezembro de 1980 e março de 1981. Os documentos foram digitalizados para que, posteriormente, o acesso se tornasse mais fácil. Essa também foi a fase de aproximação com o objeto por meio da pesquisa bibliográfica, a qual contribuiu para a fundamentação teórica e contextualização história, essa última de extrema importância, principalmente por se tratar de um período tão significativo como foram os anos de ditadura civil-militar. As obras de Elio Gaspari (2002, 2002, 2003, 2004), Bernardo Kucinski (1991), Rivaldo Chinem (1995), Douglas Kellner (2005) e Lúcia Santaella (1996), entre muitos outros, foram essenciais para que houvesse uma melhor compreensão desse momento histórico, da cultura e de como ambos se influenciam.

4.2. Exploração do material

A coleção do *Correio da Mulher* estudada neste trabalho é a que se encontra disponível no acervo do Museu Hipólito José da Costa e que é, também, o número total de edições do jornal. Foi realizado o fichamento das reportagens a partir de nove temáticas principais: política, relações de gênero, maternidade, esporte, cultura, economia, moda, culinária e mercado de trabalho. Além disso, foram também feitas análises sobre as fontes (para quem o *Correio da Mulher* dá voz?) e sobre os gêneros jornalísticos que mais se destacam e aparecem com maior frequência (como o *Correio da Mulher* fala?).

Dessa forma, através de muita leitura - feita de forma aprofundada e por diversas vezes - e do suporte teórico dado pelas obras de Aldo Schmitz (s.d), José Marques de Melo e Francisco de Assis (2016), todos os 74 textos jornalísticos do Correio da Mulher foram catalogados - 29 da primeira edição e 45 da segunda-, sendo categorizados em divisões de tema, gênero e fontes (quando era o caso).

Figura 1 - Capa da primeira edição do Correio da Mulher, dezembro de 1980



Scanned by CamScanner

Fonte: Fotografado e escaneizado pela autora.

Figura 2 - Capa da segunda edição do Correio da Mulher, março de 1981.



Fonte: Fotografado e escaneizado pela autora.

4.2.1. *Gêneros jornalísticos*

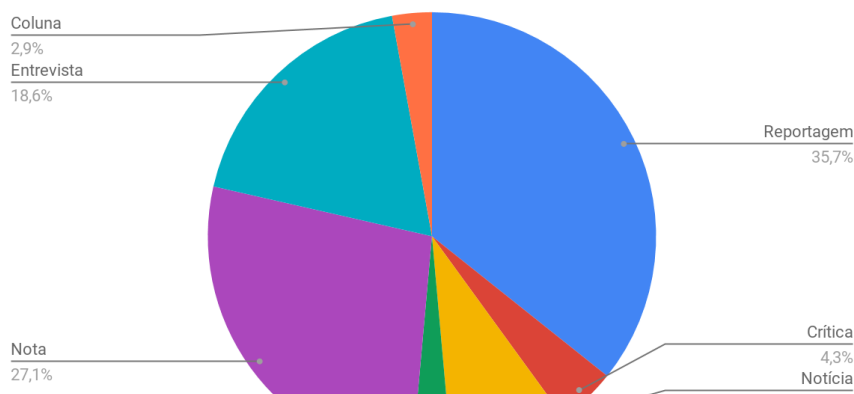
No que concerne aos gêneros jornalísticos mais utilizados pelo *Correio da Mulher*, a reportagem é o mais numeroso, compondo a maior parte do conteúdo do jornal. Os gêneros jornalísticos serão entendidos aqui de acordo com o proposto por José Marques de Melo e Francisco de Assis (2016, p.49):

[...] gênero jornalístico é a classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas.

Dessa forma, podemos entender os gêneros como uma forma de codificação das mensagens jornalísticas. Uma vez escolhido o formato para tratar de certa temática, este formato irá determinar como essa mensagem será escrita, o seu conteúdo e o público que irá atrair. Além disso e ainda de acordo com Marques de Melo e de Assis, o gênero jornalístico tem duas características básicas definidoras: a aptidão para agrupar diferentes formatos e a sua função social. Quanto à última característica, adotamos a perspectiva de que “os meios operam para atender as demandas originadas no contexto da sociedade (MARQUES DE MELO e DE ASSIS, 2016, p.49). Como podemos ver representado no gráfico 1:

Gráfico 1 – 1.1 Gêneros jornalísticos

1.1 Gêneros jornalísticos



Fonte: Elaborado pela autora.

Temos, então, a reportagem como o principal gênero jornalístico informativo dentro do *Correio da Mulher*, totalizando 25 textos. O jornal, por ter periodicidade mensal, tinha um perfil de revista, principalmente pelo cunho das reportagens, a maioria sem ganho temporal, feitas a longo prazo e com um número de imagens considerável, como vemos na matéria principal da primeira edição com a chamada *As freiras da solidão revelam seus mistérios* e o título *Mulher no isolamento*, a mais extensa matéria do periódico de dezembro de 1980. O jornal, inclusive, é chamado de revista pela jornalista Janete Jobim⁷, uma das repórteres responsáveis pelos textos e pelo projeto de diagramação adotado pelo impresso, mais leve, alternativo e menos sisudo do que o modelo adotado por jornais tradicionais. Dessa forma, e seguindo a rotina de uma revista, o jornal tinha mais tempo para desenvolver reportagens e aprofundá-las da forma que as repórteres achassem mais conveniente. Jobim também salienta a liberdade que as jornalistas tinham na hora de escolher as pautas e escrever os textos.

Seguindo a ordem decrescente de gêneros jornalísticos presentes no *Correio de Mulher*, estão a nota (19 textos) e a entrevista (13 textos), correspondendo a 27,1% e 18,6% dos textos do jornal respectivamente. Ambas se encaixam no gênero informativo descrito por Marques de Melo e Assis (2016). O fator tempo aparece aqui como um empecilho: como a proposta do *Correio da Mulher* é ser um jornal - mesmo que mensal - espera-se ver em suas páginas notícias ou fatos que remetam a alguma ideia de atualidade e as notas vêm, principalmente, para cobrir essa falta, trazendo um pequeno *shot* de informações relevantes sobre acontecimentos já passados. Podemos ver isso em notas como *Liberdade para Lilian* e *OAB, mulher na direção*, ambas presentes na edição de março de 1981. O jornal faz uma rápida passagem sobre a ainda incipiente campanha para a libertação de Lilian Celiberti e Universindo Díaz, uruguaios sequestrados em Porto Alegre por meio da Operação Condor em 1978. Já a segunda nota traz um breve texto noticiando a eleição de Mercedes de Moraes Rodrigues para formar parte da diretoria executiva da Ordem dos Advogados do Brasil, fato inédito em toda a história da organização.

As entrevistas, por sua vez, são o terceiro gênero jornalístico em número de aparições no periódico e fazem muito sentido para publicações de caráter mensal, pois não necessitam de um

⁷ Entrevista realizada por telefone no dia 3 de maio de 2018.

gancho temporal firme e um *deadline* preciso para a sua realização. São pouquíssimas as entrevistas no estilo pingue-pongue. A maioria é editada em texto corrido, dando até mesmo uma margem interpretativa e muitas vezes se aproximando de um perfil. As entrevistas com a cantora baiana Diana Pequeno - *Diana Pequeno e a linguagem do coração* (dezembro/1980) - e com o empresário Salvino Kunzler e suas filhas - *Kunzler incentivou suas filhas a serem empresárias* (março/1981) (Figura 9) - conseguem ilustrar bem esse gênero, como podemos notar nesse trecho da entrevista de Kunzler: “Salvino Kunzler, de origem humilde e simplicidade permanente, mesmo após os inúmeros sucessos e seu vasto patrimônio, ainda destaca sua esposa, Maria Elfriede Weissheimer Kunzler, com quem vive há quase 40 anos, como base para sua realização profissional e pessoal.” (CORREIO DA MULHER, 1981, p. 15).

Outras entrevistas, como a realizada com o psicólogo Vinícius Jockymann - *Só a mulher liberta o homem oprimido* (dezembro/1980) (Figura 3) - e com o publicitário Paulinho Tiarajú - *Usar machismo na propaganda é burrice. Sou contra* (dezembro/1980) - buscam ter um caráter mais direto e objetivo, por usar uma suposta autoridade como fonte. Na entrevista com Jockymann podemos nos dar conta dessa busca por objetividade - além da fonte ser especializada, há o recurso de se fazer uma entrevista no estilo pingue-pongue, dando a impressão de imparcialidade. Ao ser perguntado se Freud era machista, o psicólogo responde:

Com relação a correntes da psiquiatria, não há nenhuma feminista. O que poderá ser encontrado é um despojamento gradativo dentro do processo histórico, de injunções ideológicas estranhas e preconceituosas em relação ao que hoje definimos como o papel do homem e da mulher e suas respectivas inter-relações, isto é, não nos atemos tanto ao convencional e sim muito mais ao fenômeno existencial de ambos e a maneira peculiar de cada um deles de encontrar sua historicidade dentro do real (CORREIO DA MULHER, 1980, p. 11).

Figura 3 - *Correio da Mulher*, dezembro de 1980.



Fonte: Fotografado e escaneizado pela autora.

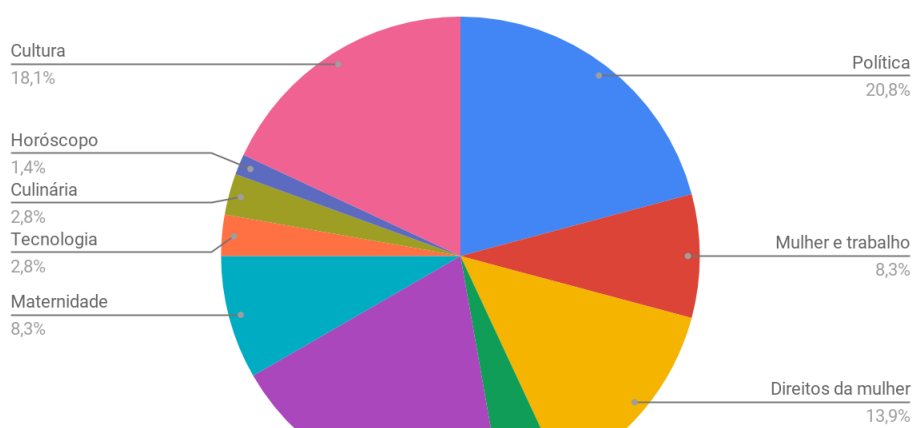
4.2.2. *Temática*

Como um jornal alternativo da época da ditadura militar, o *Correio da Mulher* tem na política a principal temática das suas matérias, somando 15 textos do total de 74. As questões políticas, de uma maneira geral, enquadram o processo de reabertura política, redemocratização e movimentos de minorias sociais, como podemos notar em alguns textos: *Na praça, a defesa do voto* (dezembro/1980), *Nicarágua, mulher também faz revolução* (dezembro/1980). A primeira matéria traz uma cobertura sobre os protestos em decorrência do adiamento das eleições diretas em Porto Alegre. Um relato do que foi dito pelas então vozes da oposição, como Pedro Simon (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e Antônio Cândido (Partido dos Trabalhadores) é o que dá forma ao texto de Marcia Turcato - um dos poucos assinados no jornal. Em *Nicarágua, mulher também faz revolução* temos o relato de uma guerrilheira, Silvia, que se envolveu, junto com seus filhos, na Frente Sandinista de Libertação Nacional, contando como era a situação do país e o que está acontecendo durante esse período de guerra civil contra a ditadura local. Além disso, a matéria pende muito para as questões de gênero, como podemos perceber já no título: a exaltação do gênero feminino como um agente que não impede a realização de tarefas que seriam “masculinas”, mas sim como um agregador de força e determinação.

Os temas presentes no jornal podem ser observados no gráfico 2:

Gráfico 2 – 1.2 Temas

1.2 Temas



Fonte: Elaborado pela autora.

As temáticas sobre cultura, mulher e trabalho, direitos da mulher, relações de gênero e maternidade também são muito presentes no corpo do jornal. A cultura é coberta, principalmente, em forma de crítica, podendo ser tanto literária, quanto musical, de teatro ou televisiva e, até mesmo, em forma de dicas de moda. As críticas de televisão são as mais presentes, assim como a musical e literária. Há também um texto de uma página dedicado à Yoko Ono, seu relacionamento com John Lennon e como a artista japonesa influenciou o trabalho do músico inglês, com o título *A mulher que fez a cabeça de Lennon*, em uma seção chamada “Internacional”.

A questão da mulher trabalhadora e sua situação no mercado de trabalho é intensamente abordada no periódico e abrange tanto mulheres que cursaram ensino superior, como a trabalhadora mais humilde e até mesmo a mulher que se encontra em profissões consideradas, na época, “pouco femininas”. Exemplos disso são os textos *Laci, a única juíza desportiva no Brasil* (março/1981) e *Quando o mercado de trabalho é lixo* (dezembro/1980) (Figura 4). Na primeira, ficamos conhecendo Laci que, como o título diz, é a única juíza desportiva no Brasil. Mais uma vez temos um apelo ao gênero, mostrando a situação de preconceito e sujeição que a mulher ocupa na sociedade. Com um pequeno relato sobre a vida e carreira de Laci Ughini, o texto mostra através de frases do tipo “Laci Ughini foi convidada e venceu a resistência manifestada por partes dos torcedores e representantes dos clubes, no Estado considerado o mais machista do Brasil” (CORREIO DA MULHER, 1981, p. 24) como o machismo interferia nos âmbitos mais diversos da vida das mulheres, influenciando até mesmo sua vida profissional. Já em *Quando o mercado de trabalho é lixo* (Figura 4), observamos o dia a dia de algumas garis (Marlene e Iracema) e o que elas enfrentam na sua jornada de trabalho apenas por serem mulheres, como assédio e zombaria:

A população de uma maneira geral as trata com indiferença. Passam e nem olham, quando não reclamam e dizem piadinhas maldosas e muito pouco graciosas - Como no caso de Marlene, uma garota bonita, que no primeiro dia de

trabalho recebeu galanteios até picantes, apesar de estar bastante encabulada por ser uma lixeira (CORREIO DA MULHER, 1980, p.4).

Figura 4 – *Correio da Mulher*, dezembro de 1980



Fonte: Fotografado e escaneizado pela autora.

Os direitos da mulher em uma sociedade machista e patriarcal também são temáticas importantes para o *Correio da Mulher*. É dentro dessa categoria que são tratadas, criticadas e questionadas as práticas sexistas presentes nas leis, na política e no direito ao próprio corpo. Entre os textos exemplares podemos citar *Elas querem ser mães, esposas, donas de casa e cidadãs* (dezembro/1980) (Figura 8), *No que a lei autoriza, a mulher é igual ao homem?* (dezembro/1980) (Figura 10) e *Agrônomas iniciam luta pela igualdade* (março/1981) (Figura 11).

O primeiro texto aborda os clubes de mães e o que eles agregam à sociedade, principalmente no que diz respeito às condições da mulher em um meio patriarcal. A matéria

parece reconhecer que essas associações comunitárias fazem bem às mulheres, principalmente por oferecer oportunidade de aprendizagem de novas técnicas e assuntos, mas sublinha a sua escolha de não tocar em temas como política e religião: “Antes eram apenas trabalhos manuais com tricô, costura, crochê e culinária; mas muitos clubes estão promovendo cursos de Português e Matemática, inclusive com algumas vagas abertas para não-sócias.”; “A orientação é que não toquem em assuntos religiosos e políticos” (CORREIO DA MULHER, 1980, p.7).

No que a lei autoriza, a mulher é igual ao homem? (Figura 10) aborda o machismo institucionalizado por meio das leis, as quais ainda permitiam que o marido pedisse o divórcio caso a mulher não fosse virgem ou que proclamavam o homem como o chefe da sociedade conjugal. Na última matéria citada sobre essa temática, *Agrônomas iniciam luta pela igualdade* (Figura 11), o gênero aparece mais uma vez como motivo de impedimento para que mulheres exerçam determinadas profissões. Nesse texto, agrônomas narram as medidas que estão tomando perante o seu sindicato para que a condição de ser mulher não interfira em seus trabalhos.

A temática de relações de gênero envolve violência contra a mulher e a posição da mulher na sociedade em um papel que a coloca como subjugada somente por causa do seu gênero. O combate à violência contra a mulher é uma campanha abraçada pelo *Correio da Mulher* e que é capa, inclusive, da segunda edição do jornal (março/1981), com a chamada *Até quando as mulheres aguentarão?*, dirigindo a leitora para um especial do tipo “fala povo”, com fontes testemunhais e seus relatos de abuso e violência: *Um dia a mulher cansa e procura a separação; Surras regulares; Depois da bebida, a surra na mulher* e muitos outros. Em todos esses três textos exemplares é mostrada a condição da mulher em relacionamentos abusivos respaldados no machismo da sociedade patriarcal - alguns detalhes diferenciam cada história (a mulher que foi até a delegacia e depois retirou a queixa; a mulher que apanhou tanto do marido que foi parar no hospital, mas teme se divorciar por causa do filho e da dependência financeira do marido e a mulher que apanhava toda a vez que o marido chegava em casa bêbado).

Por fim, o tema da maternidade, apesar de corresponder a apenas 8,3% do jornal (cerca de 6 textos), faz-se importante por meio da forma como é tratado: trazendo à tona e desmistificando muitos tabus - como aborto e as dificuldades de ser mãe solteira -, trazendo mais relatos testemunhais - sobre parto humanizado, de cócoras ou de pé, e amamentação - e prestando esclarecimento sobre temas de saúde da mulher, como a reportagem *Como evitar filhos sem prejudicar a saúde* (março/1981), que trata do uso de anticoncepcionais, tabelinha, ovulação e tenta tornar esses assuntos um pouco mais palatáveis.

4.2.3. Fontes

As fontes ouvidas nas duas edições do Correio da Mulher, como podemos observar no gráfico abaixo, são divididas em individuais (16), especializadas (13), testemunhais (12), oficiais (10), institucionais (6) e empresarial (1). A divisão e nomenclatura das fontes segue a proposta de Aldo Antonio Schmitz (s.d.). Sendo assim, temos a seguinte definição para cada uma delas:

- a) Individual: De acordo com Schmitz (s.d) a fonte individual é aquela que representa a si própria. Esse tipo de fonte abarca desde celebridades, políticos, pessoas comuns ou qualquer um que não fale em nome de uma organização, mas de si mesmo. As fontes individuais diferem das fontes especializadas justamente por não possuírem um conhecimento de referência no assunto tratado e das fontes testemunhais por “não defenderem uma causa própria” (SCHMITZ, s.d, p. 10). Podemos ver esse tipo de fonte exemplificado nos textos *Adolescente, o impasse entre menina e mulher* e *Lizete bate com as duas* (dezembro/1980) (Figura 5). No primeiro texto citado, por exemplo, as fontes - algumas meninas, de diferentes pontos de vista - aparecem relatando o que é ser adolescente, como elas encaram essa fase da vida e o que esperam do seu futuro como mulher. Já em *Lizete bate com as duas* (Figura 5), temos a figura central - Lizete - contando sua experiência individual com o futebol, como entrou em contato com o esporte, como se tornou tão boa e, claro, como é ser uma mulher que joga futebol melhor do que muitos homens.

Figura 5 – Correio da Mulher, dezembro de 1980



Fonte: Fotografado e escaneizado pela autora.

- b) Especializada: É detentora de um conhecimento específico, de referência ou reconhecido.

Normalmente está relacionada a uma profissão ou área de atuação. Tem a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos. O jornalista pode não saber, mas conhece quem sabe e recorre ao especialista para estabelecer conexões e analisar a complexidade do tema a ser noticiado; busca informações secundárias ou complementares, notadamente em situação de risco ou conflito, na cobertura de temas complexos ou confusos e no jornalismo científico (SCHMITZ, s.d, p. 1).

Podemos notar esse tipo de fonte em muitas reportagens - principalmente tratando das questões de saúde da mulher, parto e psicologia, como: *Risco nas cesáreas*, *Parto de cócoras* (março/1981) e *Aborto: escolha ou imposição* (dezembro/1980) (Figura 6). Nas três matérias são trazidos médicos ginecologistas para falar sobre parto. Eles atuam apoiando a/o repórter (não ficamos sabendo quem escreve o texto) na parte de conteúdo e em informações sobre como esses procedimentos são realizados. Não há outro tipo de fontes especializadas como parteiras, por exemplo, o que denota uma preferência para a palavra científica sobre esses temas.

Figura 6 – *Correio da Mulher*, dezembro de 1980



Fonte: Fotografado e escaneizado pela autora
autora

- c) Testemunhal: É, de acordo com Schmitz (s.d), um alibi para a imprensa. Dá a sua visão dos acontecimentos como partícipe ou apenas observador próximo. Quanto maior a proximidade temporal entre relato e fato ocorrido, maior a credibilidade dessa fonte, pois é tida como “ingênua”. Temos exemplos disso nos textos *Quando o mercado de trabalho é lixo* (Figura 4) e *Magistério, baixo salário é problema histórico* (dezembro/1980). No *Correio da Mulher*, esse tipo de fonte é utilizado, principalmente, em textos sobre o mercado de trabalho, violência contra a mulher, machismo e maternidade. Em ambas as reportagens são entrevistadas fontes que vivenciam o que está sendo narrado no texto. No primeiro, as garis Marlene e Iracema e, no segundo, as professoras Glaci e Maria Augusta, com anos de carreira e enfrentando as dificuldades financeiras da profissão, além da pouca valorização, que a matéria credita ao fato do magistério ter sido, no Brasil, uma área ligada ao feminino, aproximando as professoras da família.
- d) Oficial: Diz respeito a ocupantes de cargo público ou de órgãos mantidos pelo Estado que falam, especificamente, em nome da organização. Segundo Schmitz (s.d) eles preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário) e as organizações agregadas (cartórios, companhias públicas, etc). Esse tipo de fonte, muitas vezes, é preferida pela mídia, uma vez que possuem conhecimento de interesse público. Algumas vezes, porém, falseiam a realidade para melhor servir os interesses políticos do governo. Esse tipo de fonte aparece, principalmente, em textos de cunho político, como na matéria *Como será o Congresso Nacional em 1981?* (março/1981) (Figura 7). Aqui, Jorge Uequed, então deputado federal pelo PMDB, dá o seu parecer sobre o que será o Congresso Nacional em 1981. Longe de ser uma reportagem com estudo detalhado de probabilidades políticas, o texto dá voz unicamente ao deputado.

Figura 7 – Correo da Mulher, março de 1981.



Fonte: Fotografado e escaneizado pela autora.

e) Institucional: As fontes institucionais representam uma organização sem fins lucrativos, dessa forma se diferenciando das fontes oficiais. Normalmente, a fonte institucional busca a mídia para sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público, para defender uma causa social ou política (SCHMITZ, s.d, p. 10). Esse tipo de fonte está presente em matérias de temática comunitária, como, por exemplo, *Elas querem ser mães, esposas, donas de casa e cidadãs* (dezembro/1981) (Figura 8), sobre o que são e o que fazem os clubes de mães. Entre as entrevistadas estão as vice-presidentes do Conselho Geral de Clubes de Mães, Carolina Lourdes dos Santos e Flávia Dill.

Figura 8 – *Correio da Mulher*, dezembro de 1980



Scanned by CamScanner

Fonte: Fotografado e escaneizado pela autora.

f) **Empresarial:** Diferencia-se das fontes institucionais e oficiais por representar uma organização privada, uma empresa ou companhia com fins lucrativos. Segundo Schmitz: “Às vezes suas ações têm interesse comercial e estabelecem relações com a mídia visando preservar a sua imagem e uma reputação ilibada. São igualmente acusadas do poder que exercem como anunciantes, confundindo-se suas notícias com propaganda.” (SCHMITZ, s.d, p. 10). Encontramos esse tipo de fonte na reportagem *Kunzler incentivou suas filhas a serem empresárias* (Figura 9), da segunda edição do *Correio da Mulher*, na qual, segundo Bete Portugal⁸, a redação original já tinha sido desfeita e os interesses comerciais estavam aflorando dentro do jornal.

⁸ Entrevista realizada via aplicativo WhatsApp no dia 10 de maio de 2018.

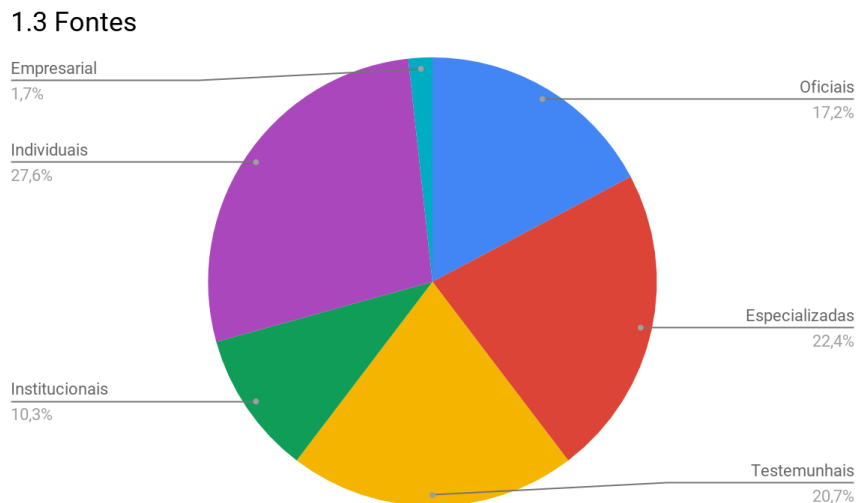
Figura 9 – *Correio da Mulher*, março de 1981



Fonte: Fotografado e escaneizado pela autora.

De acordo com a jornalista, devido a problemas financeiros encontrados pela administração do jornal, o qual não estava gerando retorno financeiro, a redação ficou sem receber e, por isso, houve a deserção de todas as repórteres. Sendo assim, a segunda edição possui diferenças notáveis em relação à primeira: desde a diagramação um pouco mais tradicional, sem cores, à escolha dos temas, mais comerciais e menos sociais.

Gráfico 3 – 1.3 Fontes



Fonte: Elaborado pela autora.

Sendo assim, a partir do gráfico acima (gráfico 3) e dos conceitos de Aldo Schmitz, podemos chegar a uma conclusão de quem eram as fontes e quais instituições elas representavam - isto é, quando representavam alguma. No entanto, é nítida a mudança no uso de fontes - não em relação a quantidade, praticamente a mesma - edição 1 (41 fontes ao todo) e 2 (42 fontes ao todo), mas quem eram essas fontes e como elas eram utilizadas. Essa mudança foi causada, provavelmente, pela debandada de jornalistas da redação, como relatou Bete Portugal (2018). Na segunda edição vemos duas fontes empresariais sendo utilizadas. O político Jorge Uequet é fonte exclusiva para traçar todo um panorama sobre a política brasileira - assunto que talvez demandasse um uso de fontes mais plural. Além disso, fontes são claramente citadas, evidenciadas pela utilização das aspas, mas não os créditos não são dados a ninguém.

Entre as fontes oficiais, são utilizados, principalmente, políticos dos mais diversos partidos, congressistas e representantes de secretarias e órgãos governamentais, além de instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Jorge Uequet (deputado federal) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Uma das fontes empresariais utilizadas é Silvino Kunzler, dono da Gaúcha Car, uma das únicas empresas anunciantes do *Correio da Mulher*. Quanto às fontes especializadas, pessoas - homens e mulheres - das mais diversas áreas são ouvidos, como o publicitário Paulinho Tiarajú, o advogado Gibran Bahlis e os estilistas José Francisco Gonçalves e José César de Vargas. As fontes testemunhais são, principalmente, mulheres e são utilizadas para falar sobre aborto, violência física, moral e financeira sofridas em razão do machismo vigente na sociedade. As fontes individuais se caracterizam muitas vezes por artistas, músicos e escritores que são entrevistados e dão, nessas entrevistas, sua visão de mundo sobre um determinado assunto, como é o caso de Bruna Lombardi e Fernando Gabeira. Além disso, esse tipo de fonte também é utilizado em enquetes do tipo “fala povo”, com a opinião das leitoras. Por outro lado, as fontes institucionais são principalmente representantes de movimentos sociais e associações comunitárias, como o Clube de Mães de Porto Alegre, o Grupo Razão Negra e Tição.

4.3. Análise qualitativa: resultados obtidos e possíveis interpretações

Dentro dos resultados obtidos por meio da análise quantitativa realizada anteriormente, podemos considerar a reportagem como principal gênero jornalístico do *Correio da Mulher*, com maior frequência em suas páginas. Esse gênero totaliza 25 textos dentro do periódico, contabilizando ambas as edições e tratando dos mais variados temas. Nas reportagens, as temáticas “política” e “direitos da mulher” são as que mais aparecem.

A reportagem é o mais nobre gênero jornalístico. Uma reportagem permite um *deadline* maior e, por isso, um maior aprofundamento sobre o assunto tratado, além da oportunidade de entrar em contato com fontes diversas e plurais. Como um jornal que teve intervalo de dois meses entre a primeira e a segunda edição, o tempo para a finalização de uma reportagem no *Correio da Mulher* era, conseqüentemente, maior.

Segundo Marques de Melo e de Assis (2016), a reportagem é um formato que se insere no gênero informativo - que, diferentemente do gênero opinativo, tem como propósito servir como vigilante social, narrando fatos e não opinando objetivamente sobre eles. Cada formato é decorrente de uma construção da informação transmitida pela mídia (nesse caso, o *Correio da Mulher*). Dessa forma, a mensagem preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica. Essa construção acontece em comum acordo com as normatizações que estabelecem parâmetros estruturais para cada forma, que também incluem normas textuais e de estrutura. Ou seja, a reportagem é mais uma forma de contar histórias e, para que um texto venha a se configurar como reportagem, precisa obedecer a certas expectativas de texto, gramaticais, estruturais e estilísticas.

A presença desse gênero jornalístico como o mais significativo no *Correio da Mulher* pode ter a ver com a liberdade de pauta da qual a redação desfrutava. De acordo com Janete Jobim, Bete Portugal e Wlacyra Lisboa⁹, havia imensa liberdade para se escolher temas e falar sobre eles. E, por mais que houvesse a intenção de reuniões de pauta mensais, como apontou Janete Jobim, era difícil a participação de todos os membros do grupo. Como conta Bete Portugal (2018):

Eu não lembro de reunião de pauta. Eu lembro que, como estava trabalhando, eu ficava a maior parte do tempo voltada para a Band Fm, eu pegava as pautas que tinha que fazer, decididas na reunião, mas muito do trabalho era feito em casa pelas pessoas. A gente não tinha uma redação formal, um lugar formal. Então as pessoas faziam as suas matérias e depois a gente se reunia para o fechamento.

Dentro do gênero reportagem, as temáticas que mais se repetem são direitos da mulher e política, com seis e cinco textos, respectivamente. Apurar essas reportagens significa descobrir,

⁹ Entrevista realizada pessoalmente na cafeteria Café e Prosa, em Porto Alegre, no dia 11 de abril de 2018.

mesmo que parcialmente, de que forma a condição da mulher e a realidade política do período eram encaradas na época e pelo próprio jornal, sendo reconstruídas e narradas pelo *Correio da Mulher*.

Como um jornal alternativo fruto de um momento efervescente na política brasileira, é natural que o jornal tratasse de temas desse cunho. Como um alternativo feminista, mais natural ainda que problematizasse a condição da mulher no meio em que vive e se relaciona. No entanto, por mais feminista que a temática possa ser considerada atualmente, houve a relutância em adotar esse termo para caracterizar o jornal, principalmente, em decorrência do radicalismo que esse termo apontava nos anos de 1980, como apontam Lisboa e Jobim. Por outro lado, Jobim acrescenta que não incluir um rótulo específico, como “jornal feminista”, abria espaço para que a luta de outras minorias pudesse ser incluída, dando lugar para uma cobertura mais ampla.

4.3.1. *A mulher em 1980: quais são os seus direitos?*

Como tema privilegiado no jornal, as reportagens sobre os direitos da mulher discutem e problematizam a situação do corpo da mulher como algo público, pertencente ao Estado e não à própria cidadã, além de trazer discussões sobre o que a legislação diz a respeito disso. No entanto, a temática feminista do jornal teve, antes de mais nada, um interesse comercial por trás. Como conta Bete Portugal (2018):

Apareceu uma moça, ela procurou o pessoal do diretório acadêmico do jornalismo. Alguém tinha dito para ela que fazer jornal dava dinheiro e ela tava com essa ideia na cabeça. Ela não tinha a menor identidade com o jornalismo, não tinha experiência nenhuma nisso, mas ela achava que seria um bom negócio. O interesse dela era puramente fazer grana e ela achava que essa área, esse setor voltado para mulheres era uma área que poderia dar lucro.

Mas por habilidade das jornalistas ou talvez pela liberdade na hora de escolher as pautas, os subtemas tratados dentro da temática de direitos da mulher tenham se tornado válidos, problematizadores e extremamente atuais. Os seis textos que compõem essa análise são: *Elas querem ser mães, esposas, donas de casa e cidadãs* (Figura 8); *No que a lei autoriza, mulher é igual ao homem?* (Figura 10); *Aborto: escolha ou imposição?* (Figura 6); *Casa da mulher no nordeste é pioneira; Mulheres a favor da igualdade* (dezembro/1980) e *Agrônomas iniciam luta por igualdade* (Figura 11) (março/1981).

Em todos os textos, podemos perceber características em comum, tanto na estrutura como na opinião dos repórteres e dentre os conteúdos de cada texto alguns assuntos se repetem e são tratados de formas similares, entre eles: a busca pela igualdade entre mulheres e homens, o direito das mulheres ao próprio corpo, o respaldo do machismo e da desigualdade na legislação, o

direito à educação, a violência da mulher na forma de discriminação e os movimentos liderados ou motivados por mulheres.

Nas reportagens *Casa da mulher no nordeste é pioneira* e *Mulheres a favor da igualdade*, os movimentos liderados por mulheres e também motivados por elas são destaque. O gancho das matérias aqui é o surgimento de espaços e grupos preocupados em discutir a situação da mulher na sociedade, a origem das opressões que sofrem e a busca do debate como forma geradora de conhecimento e de libertação e fortalecimento dessas mulheres. Nesse período, grupos como *Costela de Adão*, *Movimento da Mulher pela Libertação*, *Ação Mulher e Liberta* existiam há pouquíssimo tempo ou recém haviam se estruturado e as conferências sobre a opressão da mulher, mercado de trabalho, ideologia e sexualidade dentro da esfera do feminismo estavam apenas começando.

Sobre as questões legislativas, podemos citar os textos *Aborto: escolha ou imposição?* (Figura 6) e *No que a lei autoriza, mulher é igual ao homem?* (Figura 10). No entanto, a abordagem da primeira é mais pessoal e testemunhal, trazendo, além de mulheres que praticaram aborto e a visão de um médico sobre o assunto, o relato de mulheres que estão esperando ser chamadas na clínica que realiza o procedimento, construindo uma narrativa muito mais emotiva e sensível. Além disso, a matéria explora as causas sociais do aborto: por que uma mulher aborta? Motivações econômicas, discriminação e o preconceito contra mulheres solteiras que engravidam são algumas das causas citadas pelo jornal. Além disso, há uma maior problematização em torno do assunto: a legalização pura e simples do aborto é a solução? Nesse caso, essa reportagem se faz um pouco mais aprofundada do que *No que a lei autoriza, mulher é igual ao homem?* (Figura 10). Podemos perceber esse apelo emotivo como recurso de humanização das fontes mulheres na introdução do texto:

Na sala de espera - meio escura, fria, pouco arejada- nove mulheres se olham e quase não trocam palavras. Esperam a vez de serem chamadas. As cadeiras estão todas ocupadas e no corredor mais cinco mulheres caminham de um lado para outro, contando os ladrilhos no chão, fazendo desenhos com as manchas de umidade e mofo das paredes, cuidando os movimentos do elevador. É apenas uma das tantas clínicas clandestinas que fazem aborto aqui em Porto Alegre (CORREIO DA MULHER, 1980, p. 26).

No quesito de estilo textual, podemos perceber forte influência do jornalismo literário - ou *new journalism* -, o qual surgiu em 1960, nos Estados Unidos e que teve como seu grande ícone e expoente Tom Wolfe, além disso, esse estilo de escrita é responsável por imprimir nos textos jornalísticos algo mais romanesco e pessoal. No que diz respeito ao aborto, não houve mudanças na lei desde lá, sendo permitido apenas quando há risco de morte para a gestante, quando a gravidez é resultado de estupro ou quando o feto é anencéfalo.

Por outro lado, em *No que a lei autoriza, mulher é igual ao homem?* (Figura 10), a legislação está, conforme sugere o título, em primeiro plano. Aqui, o gancho é a mudança que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) faz na legislação brasileira por entender que existe respaldo para a discriminação da mulher na lei. Como mostra o texto de entrada:

Aqui, o entrevistado é o advogado Gibran Bahlis. De acordo com ele, a lei não dá apoio a esse tipo de discriminação, mas o jornal argumenta contra a análise do especialista o tempo todo, trazendo exemplos em que a mulher é colocada em uma posição inferior de poder na legislação:

A discriminação da mulher tem fundamento nas leis? Alguns advogados dizem que não. A OAB, no entanto, diz que sim. E propõe mudanças concretas na constituição, através do modelo que o Congresso Pontes de Miranda está elaborando. Sugere, por exemplo, que tanto o homem quanto a mulher tenham igualdade jurídica na família, em suas relações pessoais e com respeito aos filhos; que se garanta a proteção dos filhos da mulher trabalhadora, com a exigência de creches e berçários públicos; que sejam ampliados os direitos da mulher gestante, especialmente no trabalho; que se mudem as leis sobre casamento, o divórcio, o aborto (CORREIO DA MULHER, 1980, p. 8).

Na sociedade conjugal, a representação legal da família, a administração dos bens comuns, e dos particulares da mulher, também são uma tarefa específica do homem. Apesar de todas as vantagens econômicas que o marido desfruta no casamento, respaldadas inteiramente pela legislação, também desfruta do direito de pleitear a anulação do casamento por erro essencial. Aqui, ‘erro essencial’ significa o desconhecimento de que a mulher não era mais virgem ao contrair núpcias (CORREIO DA MULHER, 1980, p. 8)

Figura 10 – *Correio da Mulher*, dezembro de 1980.



Fonte: Fotografado e escaneizado pela autora.

No texto *Agrônomas*

iniciam luta por igualdade (Figura 11), tomamos conhecimento da discriminação que as profissionais atuantes nesse campo sofriam. Tudo começa porque a empresa Shell se recusou a aceitar a inscrição da agrônoma Luiza Mielitz para um concurso com a única justificativa de Luiza ser mulher. A partir daí é narrado o desenrolar desse processo e como as agrônomas se mobilizaram para levar essa reclamação ao sindicato. Ademais, a matéria aponta outros problemas que as profissionais enfrentam na carreira, apenas por serem mulheres:

Com um mínimo profissional, os níveis iniciais de remuneração são idênticos aos dos homens, mas a dificuldade começa com os avanços, as promoções e as chefias. Geralmente nesses casos são ultrapassadas pelos colegas, embora em condições profissionais idênticas, por esta razão que a Sociedade de Agronomia e o Sindicato dos Engenheiros estão iniciando uma ampla pesquisa, junto às agrônomas, para diminuir o grão de discriminação sofrido por essas profissionais (CORREIO DA MULHER, 1981, p. 10).

Figura 11 – *Correio da Mulher*, março de 1981



Fonte: Fotografado e escaneizado pela autora.

4.3.2. *Política, substantivo feminino*

Em segundo lugar no ranking de reportagens temáticas está a política. Como um jornal alternativo - e mais ainda, como um jornal alternativo contemporâneo da ditadura civil-militar e reabertura política -, é esperado que essa temática apareça com frequência nas reportagens. São, ao todo, cinco matérias sobre o assunto: *Um dia de consciência, Nicarágua: mulher também faz revolução* (dezembro/1980), *Juruna abriu precedente legal*, *Voto distrital* e *Deficiente físico* (março/1981).

A inclinação política do jornal é claramente de esquerda e grande parte da redação era ativa na Universidade (todos os membros jornalistas frequentaram a Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e no Sindicato dos Jornalistas - alguns, inclusive compuseram o *Coojournal* (1976), como foi o caso do jornalista Chico Daniel¹⁰, um dos homens que faziam parte da redação do *Correio da Mulher*.

É em um tema como esse que as diferenças entre a primeira e segunda edição afloram. Como contou Bete Portugal (2018), após a saída dos jornalistas da redação como forma de protesto ao não pagamento dos salários, as matérias perdem qualidade, muitas vezes são confusas, rasas e erros básicos são cometidos. Um deles pode ser percebido na reportagem *Voto Distrital* (Figura 12) que, mesmo tendo ouvido uma fonte específica - o que é evidenciado pela utilização das aspas, o nome da fonte nunca é citado e o texto termina sem nos informar de quem era a voz que estava informando ou narrando um acontecimento. Essa matéria pretendia problematizar a instituição do voto distrital e quais seriam as conveniências de instituí-lo.

Figura 12 – *Correio da Mulher*, março de 1981



¹⁰ Chico Daniel foi líder estudantil durante os anos 1970, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT), foi atuante na imprensa gaúcha e paulista e foi diretor da *TV Cultura* de São Paulo. Chico Daniel faleceu aos 55 anos, em 2011. Fonte: CORREIO DO POVO. **Morre jornalista Chico Daniel**. *Correio do Povo*, Ano 116 n.340, 5 de setembro, 2011. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=340&Caderno=0&Noticia=334873>>. Acesso em 14 de maio de 2018.

Fonte: Fotografado e escaneizado pela autora.

O mesmo tipo de problema pode ser observado em matérias como *Juruna abriu precedente legal* e *Deficiente físico*, ambas datadas de março de 1981: poucas fontes, erros básicos de redação e títulos pouco expressivos (principalmente no caso do segundo texto aqui citado).

Em *Juruna abriu precedente legal*, a cobertura fala sobre a viagem do cacique Juruna¹¹, da etnia Xavante, para a Holanda e sua participação no Tribunal Russell (Tribunal Internacional dos Crimes de Guerra). Nessa época, Juruna havia entrado com uma ação no Tribunal Federal de Recursos, o qual permitiu reconhecer a capacidade jurídica dos povos indígenas. Cerca de um ano depois, Juruna seria eleito o único deputado indígena do Brasil em quase cento e trinta anos de República.

Na reportagem *Deficiente físico*, o texto usa o gancho do Ano Internacional do Deficiente Físico para falar sobre os então 24 milhões de brasileiros com deficiência física e sobre as atividades que serão realizadas em comemoração à data. O evento, pelo menos no Rio Grande do Sul, era resultado de uma parceria entre INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), Fundação Rio-grandense de Apoio ao Excepcional, Legião Brasileira de Assistência, Delegacia Regional do Trabalho, Secretaria da Saúde, Trabalho e Ação Social e Casa Civil do Governo do Estado. O texto começa fazendo um paralelo sobre o decréscimo da qualidade de vida das pessoas e o aumento do número de deficientes físicos - um pulo de 9% em 1978 para 20% em 1981).

Além disso, a reportagem aborda toda a recuperação de deficientes visuais e prevenção de doenças mentais. Esse tema se encaixou como uma reportagem política por tocar na questão dos direitos dos deficientes visuais e como eles são vistos perante a sociedade e poder público. Mesmo que não seja uma pauta diretamente ligada à mulher, é um assunto que questiona a invisibilidade dessa minoria e como eles são tratados pelas políticas públicas - o que dá margem para interpretar como é encarada a importância dessas pessoas para o Estado.

Um dia de consciência é uma das poucas matérias assinadas do jornal. Escrita por Bete Portugal na edição de 1980, quando a redação ainda era composta por seus membros originais, a

¹¹ Mário Juruna, da tribo Xavante, foi o único parlamentar indígena do Brasil. Foi eleito deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1982. Juruna faleceu em 2002, com 60 anos.

matéria entrevista os grupos *Ração Negra* e *Tiçã*¹² (este último responsável pela elaboração e edição do jornal de mesmo nome, com duração de 1978 a 1982, que abordava pautas raciais, especificamente o racismo na sociedade brasileira). Como bem pontuou Janete Jobim, o *Correio da Mulher* não se assumia feminista pois pretendia atender às necessidades de todas as minorias.

Se a mulher duplamente oprimida nesta sociedade - como mulher e como cidadã - não é muito diferente a situação do negro, que vive esmagado pelo preconceito contra sua cor e contra sua cultura. Em todo o país estão surgindo grupos organizados de negros que não aceitam mais ficar de cabeça baixa. Ao que tudo indica, o negro no Brasil - agora - sabe o seu lugar (CORREIO DA MULHER, 1980, p. 16).

O texto traça um panorama pelos quatro grupos existentes, em Porto Alegre e Alvorada, que compõem o movimento negro gaúcho. São eles *Tiçã*, *Ração Negra*, *Afro 20 de Novembro* e *Raízes*. De acordo com o *Correio da Mulher*, o primeiro deles é considerado um grupo de maior embasamento teórico que se envolve com o jornal de mesmo nome (1978) e busca, através do periódico, conscientizar a população sobre os efeitos do racismo. *Ração Negra*, dedicado às áreas culturais, começou com a publicação de uma fotonovela que contava a história de uma família negra moradora de vila e depois migrou para o teatro. *Afro 20 de Novembro* é o grupo de Alvorada, sendo caracterizado com o mais ativo e com ações mais efetivas no meio da comunidade em que atua, sendo também extremamente numeroso, totalizando sessenta membros. *Raízes* é um grupo formado por operários da empresa Zivi Hércules, voltados para a música como forma de expressão da condição do negro na sociedade, destacando sua marginalização.

O conteúdo dessa matéria é extremamente político e, infelizmente, atemporal - já que o racismo ainda persiste na sociedade atual. Além de apresentar os grupos e suas áreas atuantes, a reportagem de Portugal problematiza outras questões como, por exemplo, a apropriação cultural (tão presente nas discussões de hoje): “Mas é preciso ter cuidado com a forma de levar a luta do negro. Sempre existe uma tentativa, das alas mais conservadoras da sociedade, de aproveitar os movimentos que estão evoluindo e transformar suas manifestações em folclore, para neutralizá-las.” (CORREIO DA MULHER, 1980, p. 16).

Ademais, o texto tangencia o assunto da organização nacional do movimento negro, como ela está se articulando e qual é a importância do surgimento dessa unidade e consonância, mesmo entre grupos que diferem na abordagem, como *Tiçã* e *Raízes*, por exemplo. “Os grupos negros fazem congressos sistemáticos e estão articulando uma organização nacional: o

¹² A revista (jornal) *Tiçã* foi um periódico gaúcho que abordava, principalmente, o racismo na sociedade. Lançado pela jornalista Vera Daisy Barcelos, a revista reunia inúmeros militantes de esquerda e ativistas do Rio Grande do Sul, seguindo o site Resistir é Preciso.

Movimento Negro Unificado. Aqui no sul, o processo praticamente começa agora.” (CORREIO DA MULHER, 1980, p. 16).

Quanto ao texto *Nicarágua: mulher também faz revolução*, também escrito em 1980 pela redação original, junta as temáticas de gênero e política - algo que ainda não havia sido visto no formato de reportagem. A matéria conta a história de Silvia, mulher nicaraguense de quarenta e um anos, mãe de três filhos e guerrilheira da Frente Sandinista de Libertação Nacional. A Revolução Sandinista foi, de acordo com Nicolle Pereira (s.d), um processo de insurreição popular que ocorreu na década de 1970 no Nicarágua, tendo a duração de onze anos.

A liderança da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) derrubou a ditadura somozista, uma das mais longas da América Latina, já que a família Somoza detinha o poder do país desde 1936. A revolução teve dois principais momentos: o das guerrilhas urbanas, no campo e a guerra civil e a construção da revolução, com mudanças na sociedade nicaraguense em prol da sua população, que tinha em suas mãos a tarefa de reerguer o país e transformá-lo conforme suas necessidades como povo.

Nesse cenário de guerra civil, a reportagem conta como a participação das mulher foi essencial para o sucesso da Revolução e como é importante a organização dessas mulheres em um grupo unificado. A sigla AMPRONAC significa Asociación de Mujeres ante la Problemática Nacional¹³, como destaca o excerto abaixo:

Em nenhuma outra revolução foi tão grande a participação de mulheres na luta armada. Elas compõem 30% do exército sandinista e das milícias populares - principalmente as mulheres jovens. Mas todas as integrantes do AMPRONAC, na média de 28 a 40 anos, também pediram treinamento militar durante o auge dos combates (CORREIO DA MULHER, 1980, p. 31).

O texto também desdobra as atividades da AMPRONAC depois da vitória sandinista, com uma sistemática focada em manter a mobilização das mulheres em torno da defesa e da consolidação da segunda fase da revolução e também em ampliar a consciência dessas cidadãs para a importância de sua participação na nova sociedade, principalmente através dos Comitês de Defesa Sandinista (CDS). A educação e o trabalho são áreas de extrema importância para a Associação, além de, claro, as discussões sobre machismo e gênero:

As discussões são abertas e sempre abrangem também a questão mais específica da mulher - a família, o machismo, o direito sobre o próprio corpo, o aborto, a sexualidade. As mulheres nicaraguenses assumiram a difícil tarefa da organização, com dois objetivos que elas consideram

¹³ Em tradução livre “Associação de Mulheres diante a Problemática Nacional”.

indissociáveis: de fazer avançar o processo revolucionário, e, ao mesmo tempo, a libertação da mulher como ser humano total (CORREIO DA MULHER, 1980, p.31).

Podemos perceber que não há uma regularidade de subtemáticas no grande tema de política. O Correio da Mulher transita entre política nacional, direito das minorias, machismo, revolução e direito dos indígenas sem, no entanto, perder a veia problematizadora que caracteriza grande parte das suas matérias, principalmente no que se refere à primeira edição do jornal.

4.4. Considerações sobre a análise

A partir da realização da análise aprofundada do conjunto de reportagens publicadas no jornal *Correio da Mulher* nos meses de dezembro e março de 1980 e 1981, respectivamente, período em que o impresso foi produzido, editado e vendido e que deu origem às duas únicas edições do jornal, conseguimos analisar as temáticas abordadas no periódico. Por meio dos textos referidos, podemos fazer uma série de constatações, principalmente sobre o contexto da época.

Através da análise quantitativa, ao entrarmos mais profundamente em contato com todo o *corpus* de pesquisa, vimos como cada temática, formato e fontes funcionavam dentro do impresso: grande quantidade de notas para “noticiar” fatos que já haviam acontecido mas que, mesmo assim, o jornal não poderia deixar de mencionar e grande quantidade de reportagens, já que um *deadline* maior, como havia no *Correio da Mulher*, com um caráter de revista, permitia histórias mais detalhadas e longas.

Além disso, podemos perceber que o impresso se aventurava por qualquer temática que fosse do interesse público de uma mulher: desde matérias de cunho fortemente político sobre a situação do país, passando por economia, moda, contracepção, mercado de trabalho, aborto, culinária e até mesmo horóscopo. Todos esses assuntos couberam nas páginas do *Correio da Mulher*.

Um dos objetivos desta análise de conteúdo realizada foi desbravar, mesmo que apenas um pouco, a história do único periódico alternativo e feminista que se tem notícia no Rio Grande do Sul durante o período da ditadura militar. Através das histórias contadas e dos fatos narrados em suas páginas, buscar conhecer o que era e sobre o que falava o *Correio da Mulher*.

Os pontos considerados como problemáticos dizem respeito, sobretudo, à superficialidade com que as matérias começaram a ser tratadas na segunda edição do jornal, correspondente ao mês de março de 1981, quando a redação foi desmantelada por falta de pagamento e problemas econômicos da direção do jornal. Nessa parte vemos um *Correio da*

Mulher deixando-se levar por frivolidades em assuntos antes explorados com maior afinco e, até mesmo, um certo sentimento de militância.

Os erros cometidos nessa segunda edição são básicos e deixam transparecer que os textos não foram elaborados por jornalistas. Falta de fontes; matérias de cunho comercial, como no caso da entrevista com o empresário da Gaúcha Car, Silvino Kunzler, um dos únicos anunciantes do impresso -; alguns textos são escritos em primeira pessoa, por mais que não saibamos, ao longo da narrativa, quem está se dirigindo ao leitor, seja por meio de créditos no meio do texto ou por assinatura. No entanto, como Bete Portugal salientou, depois que a redação se desfez, a direção do jornal utilizou alguns textos que as e os repórteres haviam deixado prontos, nos quais podemos perceber traços estilísticos e narrativos presentes na primeira edição, de dezembro de 1980.

Todavia, nos textos analisados sobre política e direitos da mulher correspondentes à primeira edição, vemos um engajamento profundo, principalmente, na questão feminista - por mais que o jornal não se rotule como feminista. Além disso, questões raciais e étnicas também estão presentes, confirmando o compromisso do impresso com questões sociais, defendendo e problematizando a situação das minorias, no plural. Podemos atribuir essa abordagem aos efeitos políticos efervescentes da reabertura política e redemocratização, os quais afloraram as discussões dos direitos civis em torno da luta pelo voto direto.

Trazendo considerações para além do *corpus* da análise aprofundada, foi possível perceber também que outros gêneros jornalísticos – sobretudo as notas, gênero de maior frequência depois da reportagem - foram influenciados pelo fato de o jornal não ter uma periodicidade bem definida (a ideia inicial era produzir um informativo mensal, mas não houve tempo suficiente para que se estruturasse bem a periodicidade do *Correio da Mulher*). As notas, então, entram como uma forma de noticiar fatos já trabalhados pela grande mídia ou jornais de intervalos melhor definidos. É observado um aumento exponencial de notas na segunda edição, sendo quase inexistente o número de notas na edição de dezembro de 1980.

Observamos mais, na primeira edição, a presença de “notícias”, sem o fator tempo como grande fator de seletividade para que um fato alcançasse esse espaço. Esse foi substituído pelo fator “gênero”. Ou seja, as notícias que entram no *Correio da Mulher* são as consideradas importantes para a conquista de direitos femininos ou de minorias, como observamos no texto *Cén, as mulheres entram no reino*, narrando a ocupação das universitárias à Casa de Estudante da UFRGS, que até então não permitia a presença de mulheres em seus cômodos. Se por um lado houve uma questionável queda no conteúdo do *Correio da Mulher*, a primeira edição se solidifica

como o exemplar principal do periódico - ou, pelo menos, como o que esse jornal se tornaria se houvesse investimento ou uma melhor gestão administrativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de fazer uma monografia sobre o *Correio da Mulher* surgiu logo após uma aula de Estudos Críticos, quando, ao informar a professora Aline Strelow sobre a minha vontade de estudar a imprensa feminista, o periódico foi mencionado por ela. Eu nunca tinha ouvido falar do *Correio da Mulher* - e, não para menos, não havia nenhum trabalho aprofundado sobre o impresso. O que existia eram apenas algumas alusões - algumas, inclusive, incorretas - em trabalhos que tinham outros periódicos como ponto de enfoque. Começar do zero em um trabalho como esse, com um objeto completamente desconhecido - senão pelo contato que tive com o material no Museu Hipólito José da Costa e pelas entrevistas das mulheres que ajudaram a fazer o jornal - foi, com certeza, uma das maiores dificuldades do trabalho.

Os dados quantitativos e qualitativos obtidos a partir da análise do nosso *corpus* nos levam à constatação de como o *Correio da Mulher* pode ser considerado um jornal feminista – por mais que não se rotule dessa forma. Sua abordagem frequente aos direitos da mulher, relações de gênero e mulher no mercado de trabalho, com ênfase nas consequências do machismo e do preconceito contra a figura da mulher, conseguem evidenciar bem isso. Além do mais, o termo “feminista” aparece diversas vezes em matérias sem ser utilizado de maneira pejorativa, como nas matérias *Quando o mercado de trabalho é lixo* e *Usar machismo na propaganda é burrice. Sou Contra*, ambas de dezembro de 1980. Ademais, o jornal também se insere na temática da política como estamos acostumados a ver em jornais alternativos que circularam durante o período de ditadura militar. O que difere no caso do *Correio da Mulher* é o fato de já estarmos em um momento político menos repressivo do que viveram outros impressos, como foi o caso do *Pasquim*, criado em 1969. Portanto, as matérias de cunho político estão quase sempre voltadas para os movimentos e manifestações em favor do voto direto, foco de grande luta política e debate social na época.

Ao aprofundar nossa análise no aspecto qualitativo, no entanto, foi possível perceber certa diferenciação, entre primeira e segunda edição, na forma de abordar as temáticas. O aumento do número de notas, por exemplo, é um indício dessa mudança. Por isso e por outros fatores de cunho administrativo já citados, é difícil falar do *Correio da Mulher* de forma geral. A saída dos jornalistas da redação cria uma lacuna, principalmente observada através do conteúdo

do jornal, entre a edição de dezembro de 1980 e a de março de 1981. São, salvo a temática voltada a mulher, dois jornais diferentes, com poucas pontes entre si.

Ainda sobre a análise qualitativa, conseguimos perceber que as reportagens ocupam lugar de destaque. O gênero compõe, principalmente, textos onde houve maior preocupação contextual e profundidade. Há o desenvolvimento de uma perspectiva de alteridade e sensibilidade em relação às outras mulheres, como são as reportagens que envolvem aborto e machismo. Pode-se até perceber um sentimento de sororidade em reportagens com maior carga emocional, direcionadas, em sua maioria, para a temática de relações de gênero e direitos da mulher.

Houve espaço, em grande parte dos textos do *Correio da Mulher*, para fontes individuais que, de acordo com Schmitz (s.d), falam apenas em seus próprios nomes. Essas fontes não representam nenhum tipo de organização, mas são pessoas comuns e podem ser qualquer um. Dessa forma, ao priorizar esse tipo de relato, o jornal parece querer se aproximar da sua audiência e da população para a qual era voltado. As fontes especializadas, por sua vez, aparecem em segundo lugar no *ranking* apresentado por esta monografia. Sendo assim, podemos concluir o intuito do impresso de querer trazer informações relevantes para suas leitoras – sobre os mais variados assuntos, de moda à psicologia.

Outro ponto percebido foi a tentativa da maior parte dos textos em quebrar estereótipos sexistas e de gênero, falando sobre como mulheres são capazes de exercer as mesmas funções que os homens; que o aborto é um problema real e que pode ser enfrentado por qualquer mulher; sobre o absurdo que é a naturalização da violência doméstica, do assédio e do estupro; sobre a invisibilidade das questões LGBT, mais especificamente sobre gays e lésbicas – questões que apenas começavam a tomar forma em terras brasileiras. Além disso, o jornal quebra tabus falando sobre a reclusão das freiras, religiosidade, mulher na política e maternidade – mesmo se tratando de mães solteiras.

As entrevistas foram um dos pontos altos da monografia. Foi como conversar diretamente com a história. Chega até mesmo a ser um pouco engraçado o fato de você saber mais sobre uma parte do passado de uma pessoa do que ela mesma. E era essa a situação quando entrei em contato com Wlacyra Lisboa, a primeira entrevistada. Ela não se recordava do *Correio da Mulher*, nem de ter feito parte dele. Quando nos encontramos, em um café da zona sul de Porto Alegre, a conversa foi boa e fluida, mas as lembranças sobre o jornal demoraram para chegar. Por fim, Wlacyra me ajudou a entrar em contato com as outras duas jornalistas, Janete Jobim e Bete Portugal. As três permaneciam amigas, conhecidas desde a época de faculdade, na FABICO.

Ao entrevistar Janete, via ligação de WhatsApp, os rumos começaram a tomar direção e o que tinha sido o *Correio da Mulher* se clareou. Apesar da ligação ter caído bastante, conseguimos conversar e eu consegui entender pontos que ainda estavam anuviados pela dúvida. Eu pensava, por exemplo, que o jornal tinha sido mensal e que as amostras do museu eram um pequeno número comparado ao que havia sido publicado e comercializado. Ao falar com Janete descobri que não: só existiram essas duas edições. Nelas estão tudo o que o *Correio da Mulher* foi.

Por fim, Bete Portugal foi a última das jornalistas a ser entrevistada. E foi através das suas palavras e da história que contou, rememorando desde os tempos de greve nas rádios da RBS e seus tempos de aluna participante do diretório acadêmico, que consegui ter uma ideia mais sólida e consistente sobre o periódico gaúcho de 1980. E assim, dar continuidade a esse trabalho e deixá-lo, de alguma forma, mais completo.

E assim se construiu a parte de história oral do trabalho. Esse tipo de metodologia ajudou a traçar uma linha temporal do *Correio da Mulher* que seria impossível elaborar sem as entrevistas realizadas. Mais ainda, a história oral colaborou na criação de interpretações mais complexas, ricas e até com uma maior carga emocional – uma vez que ter contato direto com o objeto ou com os responsáveis pela existência deste mudam a nossa visão sobre o que estamos estudando. Passamos a encarar tudo com um olhar muito mais intenso e multifacetado, afetado por todas as vozes que ouvimos e por suas versões – que, por mais que se assemelhem, jamais são as mesmas.

Por outro lado e infelizmente, não foi possível conversar com as outras personagens dessa história, desde os jornalistas Márcia Turcato, Miriam Gusmão e Chico Daniel ao time administrativo, composto por Rosane Bahlis Lemes, Jorge Bahlis Lemes e Sônia Maria Barbosa Wildt que, posso afirmar, teve grande participação no desenvolvimento do impresso. Essa limitação deixa, por enquanto, uma lacuna na história do *Correio da Mulher*.

No entanto, é excelente saber como essa monografia abre espaço na pesquisa da mídia alternativa gaúcha, mais especificamente, a mídia alternativa feminista. Há aqui uma possibilidade de aprofundamento sobre o tema e de tomada de outros caminhos para se interpretar e tentar desbravar um pouquinho mais do que foi o *Correio da Mulher* e a mídia impressa feminista brasileira - já que o presente trabalho é apenas uma pequena lufada de ar, um sopro pequeno no meio de um vasto conteúdo, cheio de possibilidades. Um sopro que é um pequeno início, mas que gostaria, assim como tudo o que começa, de se tornar muito mais.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa e Estado autoritário: O exército cotidiano da dominação e da resistência *O Estado de São Paulo e Movimento* - Bauru: EDUSC, 1999.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRITO, Roberta Kelly de Souza & SILVA, Naiana Rodrigues da. **Imprensa alternativa no Brasil: o caso do jornal *Opinião***, XIV Intercom, Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-0844-1.pdf>>.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. Imprensa Feminina - São Paulo: Ática, 1990.
- CALICCHIO, Vera. **Atos Institucionais**. FGV CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, s.d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>.
- CHAMMAS, Eduardo. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã* entre 1964 e 1968**. Biblioteca USP, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13122012-101040/pt-br.php>>.
- CHINEM, Rivaldo. Imprensa alternativa: Jornalismo de oposição e inovação - São Paulo: Ática, 1995.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Operação Condor e a ditadura no Brasil: análise de documentos desclassificados**. Memórias reveladas, s.d. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>>.
- DANTAS, Audálio. As duas guerras de Vlado Herzog: Da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DANTAS, Heloísa. **Mulherio: a imprensa feminista na ditadura militar**. Blog Não Me Kahlo, 2017. Disponível em: <<http://www.naomekahlo.com/single-post/Mulherio-a-imprensa-feminista-na-ditadura-militar>>.
- DEBÉRTOLIS, Karen. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista**. Biblioteca Digital UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000339319&loc=2002&l=1c195864633084cc>>.
- DIAS, André Bonsanto. **O presente da memória: Usos e passados e as (re)construções de identidade da *Folha de S. Paulo*, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'**. Repositório Digital Institucional da UFPR, Universidade Federal do Paraná, 2012. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27381>>.
- DOS SANTOS, Magda Guadalupe. **O feminismo e suas ondas**. Revista Cult, 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/entenda-o-feminismo-e-suas-ondas/>>.

DUARTE, Jorge & BARROS Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação - São Paulo: Atlas S.A, 2005. Capítulo de Wilson Corrêa da Fonseca Júnior.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **As reformas de base**. FGV CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, s.d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base>.

FREITAS, Janio de. **A imprensa e o AI-5**. Folha de São Paulo, 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc15129805.htm>>.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **O jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: Primeiras reflexões à luz da teoria política feminista**. História, Histórias, Revista do programa de pós-graduação em história da UnB, vol. 2, n° 4, Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/viewFile/11436/9379>>.

GASPARI, Elio. *As Ilusões Armadas: A Ditadura Envergonhada* - São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *As Ilusões Armadas: A Ditadura Escancarada* - São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *O Sacerdote e o Feiticeiro: A Ditadura Derrotada* - São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. *O Sacerdote e o Feiticeiro: A Ditadura Encurralada* - São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GLORIA, Rafael & STRELOW Aline. **Coojornal como objeto de pesquisa: mapeamento dos estudos realizados sobre o jornal**. XI Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/11o-encontro-2017/gt-2013-historia-da-midia-alternativa/coojornal-como-objeto-de-pesquisa-mapeamento-dos-estudos-realizados-sobre-o-jornal/view>>.

HAUBRICH, Alexandre. **A mídia de braços dados com a ditadura**. O Viés, 2011. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/colaboradores/2011/06/a-midia-de-bracos-dados-com-a-ditadura>>.

HOHLFELDT, Antonio. **A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2006. Disponível em: <<http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/viewFile/118/117>>.

JOBIM, Janete. Depoimento concedido à estudante de jornalismo Mariana Bampi, dia 3, maio de 2018.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia* - Bauru: EDUSC, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários* - São Paulo: Página Aberta, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. A síndrome da antena parabólica - São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988 - São Paulo: Boitempo Editorial, 2004

LAMARÃO, Sérgio. **Passeata dos Cem Mil**. FGV CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, s.d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/passeata-dos-cem-mil>>.

LAMARÃO, Sérgio. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. FGV CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, s.d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus>

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista**. Vermelho, 2012. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=177459&id_secao=6>.

LIRIO, Sergio. **“A Operação Condor foi inventada no Brasil”**. CartaCapital, 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/982/a-operacao-condor-foi-inventada-no-brasil>>.

LISBOA, Wlacyra. Depoimento concedido à estudante de jornalismo Mariana Bampi, dia 11, abril de 2018.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Uma história marcada por censura e resistência**. Observatório da Imprensa, 2008. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/uma_historia_marcada_por_censura_e_resistencia/>.

MAGALHÃES, Mário. **19 capas de jornais e revistas: em 1964, a imprensa disse sim ao golpe**. Blog do Mário Magalhães, 2014. Disponível em: <<https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/>>.

MATTOS, Sérgio. Um perfil da TV brasileira: 40 anos de história (1950 - 1990) - Salvador: Associação Brasileira de Agências de Propaganda, 1990.

MATTOS, Sérgio. História da televisão brasileira: Uma visão econômica, social e política - Petrópolis: Vozes, 2002.

MEIHY, José Carlos. **Definindo história oral e memória**. Cadernos CERU, Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cerusp/article/view/83299/86330>>.

MELO, José Marques de & ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>>.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Imprensa alternativa**. S.d. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/index.html>>.

MEMÓRIA GLOBO. **Diretas Já.** S.d. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja.htm>>

MONTESANTI, Beatriz. **‘Mulherio’, jornal dos anos 1980, é reeditado. E parece ter sido feito hoje.** Nexo Jornal, 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/11/%E2%80%98Mulherio%E2%80%99-jornal-feminista-dos-anos-1980-%C3%A9-reeditado.-E-parece-ter-sido-feito-hoje>>.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Rádio Palanque: fazendo política no ar - Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

MÜLLER, Iuri. **Lilian e Universindo, trinta e cinco anos depois.** Sul21, 2013. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/breaking-news/2013/11/lilian-e-universindo-trinta-e-cinco-anos-depois/>>.

O GLOBO. **Série lembra jornais alternativos e clandestinos que desafiaram a ditadura.** 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/serie-lembra-jornais-alternativos-clandestinos-que-desafiaram-ditadura-19466680>>.

ORTEGA, João. **Grande imprensa apoiou golpe militar e a ditadura até 1968, revela pesquisa FFLHC.** Agência USP de Notícias, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www5.usp.br/17039/grande-imprensa-apoiou-golpe-militar-e-a-ditadura-ate-1968/>>.

PADRÓS, Enrique Serra et al. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964 - 1985: História e memória - Porto Alegre: Corag, 2009.

PEREIRA, Nicolle Montalvão. Revolução Sandinista: a construção de uma nova hegemonia – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEM, Universidade Estadual de Maringá, s.d.

PINTO, Tales. **Guerra do Yom Kippur e a Crise do Petróleo.** História do Mundo, s.d. Disponível em: <<https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/guerra-do-yom-kippur-e-a-crise-do-petroleo.htm>>.

PORTUGAL, Bete. Depoimento concedido à estudante de jornalismo Mariana Bampi, dia 10, maio de 2018.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Povo exige ir às urnas.** S.d. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja>>.

PRADO, Magaly. História do rádio no Brasil - São Paulo: Da Boa Prosa, 2012.

RESISTÊNCIA EM ARQUIVO. **Campanha da Legalidade.** 2014. Disponível em: <<https://resistenciaemarquivo.wordpress.com/tag/campanha-da-legalidade/>>.

RESISTIR É PRECISO. **A imprensa da resistência.** S.d. Disponível em: <<http://resistirepreciso.org.br/a-imprensa-da-resistencia/>>.

SANTAELLA, Lúcia. Cultura das mídias - São Paulo: Experimento, 1996.

SCHERER, Cassiano. **Utopia e desencanto: trajetória dos jornalistas na imprensa alternativa gaúcha.** Estudos em Jornalismo e Mídia, Universidade Federal de Santa Catarina,

2005. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2093/1834>>.

SCHIRMER, Lauro. RBS: Da voz-do-poste à multimídia. Porto Alegre: L&PM, 2002.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícia**. Universidade Federal de Santa Catarina, s.d. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>>.

SCHMIDT, Mário. Nova História Crítica – São Paulo: Nova Geração, 2008.

SEU HISTORY. **Jânio Quadros renuncia à presidência por causa de forças terríveis**. S.d. Disponível em: < <https://seuhistory.com/hoje-na-historia/janio-quadros-renuncia-presidencia-por-causa-de-forcas-terriveis>>.

STRELOW, Aline. Histórias de vida no jornalismo alternativo brasileiro. Revista Estudos em Comunicação vol. 1, nº 7, 2010.

STRELOW, Aline et al. Comunicação e redemocratização no Rio Grande do Sul: Uma abordagem história - Florianópolis: Insular, 2014.

WOITOWICZ, Karina Janz. Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil - Ponta Grossa: UEPG, 2009.

WOITOWICZ, Karina Janz. **A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2014v11n1p104>>.